

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

DE SANTA



CATARINA

ANO XVII

Florianópolis, 20 de abril de 1950

NUMERO 4.161

GOVERNO DO ESTADO

DECRETO N. 682

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,
DECRETA:
Art. 1º — Fica transferida para a localidade de Alto Rio das Pedras a Escola mista de Rio das Pedras, ambas no distrito e município de Ituporanga.
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 11 de abril de 1950.
ADERBAL R. DA SILVA
Armando Simone Pereira

DECRETO N. 683

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,
DECRETA:
Art. 1º — Fica transferida para Espírito Santo a Escola mista de Invernada do Socorro, ambas no distrito de Campo Belo do Sul, no município de Lajes.
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 13 de abril de 1950.
ADERBAL R. DA SILVA
Armando Simone Pereira

(1447)

Decreto de 15 de fevereiro de 1950

O GOVERNADOR RESOLVE

Nomear:
De acordo com o art. 15, item II, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949, combinado com o decreto-lei n. 317, de 6 de dezembro de 1946 (Concurso de ingresso e reversão de 1950):
Linda Flora Demenek para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão E, do Quadro Único do Estado (Escola mista da vila de Abdon Batista, município de Campos Novos).

Decretos de 13 de abril de 1950

O GOVERNADOR RESOLVE

Exonerar:
Urbano Telxela da Fonseca do cargo da classe G da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado, por ter sido nomeado para outro cargo público.
(1447)
Evandina Schmidt Ceolin do cargo da classe G da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado, por ter sido nomeada para outro cargo público.
Lígio Chaves Cabral do cargo da classe G da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado, por ter sido nomeada para outro cargo público.
Lígia Chaves Cabral do cargo da classe F da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado, por ter sido nomeada para outro cargo público.
Zilda Rezendes Régis do cargo da classe F da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado, por ter sido nomeada para outro cargo público.

Remover, a pedido:
Regina Helena Bastos, Professora Normalista, classe F, do Grupo Escolar "Prof. Germano Timm" para o Grupo Escolar "Ruy Barbosa", ambos na cidade de Joinville.

Zilma Lago Almeida, Professora Normalista, classe F, do Grupo Escolar "Lacerda Coutinho", de Nova Trento, para o Grupo Escolar "Gama Rosa", da vila de São Pedro de Alcântara, município de São José.

Retificar:
O decreto de 15 de fevereiro de 1950, que nomeou Maria Catarina Schmitt, na parte referente à categoria, que deverá ser Professora Normalista, classe F e não Regente de Ensino Primário, padrão E, do Quadro Único do Estado (Es-

cola mista de Timbózinho, distrito de Poço Preto, município de Pôrto União).

O decreto de 15 de fevereiro de 1950, que nomeou Astir Saad, na parte referente à categoria, que deverá ser Professora Normalista, classe F e não Regente de Ensino Primário, padrão E, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Professora Carmen Seára Leite", da vila de Garuva, município de São Francisco do Sul).

O decreto de 15 de fevereiro de 1950, que nomeou Hilda Arns, na parte referente à categoria, que deverá ser Professora Normalista, classe F e não Regente de Ensino Primário, padrão E, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Professora Nila Sardá", de Forquilha, município de Criciúma).

Conceder exoneração:

A Lorí Lamberty, do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão E, do Quadro Único do Estado (Escola de Nova Estréla, distrito de Arabutã, município de Concórdia).

Tornar sem efeito:

O decreto de 3 de março de 1950, que removeu Ivone Lemos Ferraz, Professora Normalista, classe F, do Grupo Escolar "Professor Paulo Schieffler", de Caçador, para as Escolas Reunidas "Professora Ernestina Chapot Camargo", da vila de Matos Costa, município de Pôrto União.

Decreto de 17 de abril de 1950

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder exoneração:

De acordo com o art. 95, § 1º, alínea a, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

A Roldão Censoni, do cargo da classe L da carreira de Médico, do Quadro Único do Estado.

(1458)

Decreto de 19 de abril de 1950

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder aposentadoria:

De acordo com o art. 197, item III, combinado com o art. 199, item II, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

A Euclides Garrido Portela, no cargo da classe F da carreira de Guarda-Sanitário, do Quadro Único do Estado.

(1462)

Portaria de 17 de abril de 1950

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença:

De acordo com o art. 168, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:
A Paraguassu Kafethz Bonfim, ocupante da função de Auxiliar de Cozinha Dietética, referência II, com exercício no Centro de Saúde de Joaçaba, de três meses, com vencimento integral. (1457)

Portarias de 18 de abril de 1950

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença:

De acordo com o art. 162, alínea a, combinado com o art. 164, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:
A Néria Maria Barreto, ocupante do cargo da classe I da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Estado, de quarenta e cinco (45) dias, com vencimento integral. (1456)

Designar:

De acordo com o art. 88, parágrafo único, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

Oscar Vieira dos Santos, ocupante do cargo da classe I da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Estado, para exercer a função gratificada de Coletor de Rendas da Coletoria de Capinzal — 3ª classe, durante o impedimento de João de Oliveira Bronze.

(1455)

Portaria de 19 de abril de 1950

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença:

De acordo com o art. 168, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:
A Eurelina Silva Baixo, ocupante da função de Auxiliar de Cozinha Dietética, referência III, do Posto de Puericultura de Tijucas, por noventa dias, com vencimento integral, e a contar de 12 de março p. passado. (1461)

INTERIOR E JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE

Portarias de 8 de março de 1950

O SECRETARIO RESOLVE

Admitir:

De acordo com a lei n. 277, de 28 de julho de 1949 e com o salário diário de Cr\$ 19,60 (dezenove cruzeiros e sessenta centavos), correndo a despesa por conta da dotação 26-1-26 do orçamento vigente:

Gregório Pereira para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola mista de Caminho Pinhal, distrito de Gustavo Richard, município de Ibirama.

Laura Bittencourt para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola mista de Rio do Morro, distrito e município de Araquari, a contar de 15 de fevereiro de 1950.

Alair Tavares de Sousa para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola mista de Ilha do Mel, distrito e município de Araquari.

Inah da Silva Holderbaum para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola mista de Lajeado dos Porcos, distrito de Caxambu, município de Chapecó.

Zilba Alves Paixão para, na qualidade

de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola mista de Burro Magro, distrito de Faxinal dos Guedes, município de Chapecó.

Ernestina Harder para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola mista de Matiana, distrito de Caxambu, município de Chapecó.

Eliseu Oro para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola mista de Sede Descanso, distrito de Mondai, município de Chapecó.

Clara Ludvina Utzig para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola mista de Pond Macuco II, distrito de Itapiranga, município de Chapecó.

Oscar Weber para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola mista de Linha Ipe-Popi, distrito de Itapiranga, município de Chapecó.

Lutz Widekin Stahischmidt para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola mista de Pirapocú, distrito de Mondai, município de Chapecó.

José Helmut Korbis para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola mista de Linha Ervalzinho I, distrito de Itapiranga, município de Chapecó.

Maria Anastácio (Irmã) para, como extranumerário-diarista, exercer a função de Professor nas Escolas Reunidas "Professora Maria das Dóres Rosa Conceição de Sousa", de Passo Manso, município de Taubaté.

João Alfredo Altenofen para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola mista de Linha Paulina, distrito de Iomerê, município de Videira, a contar de 15 de fevereiro de 1950.

Adelina Eloemar (Irmã) para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor nas Escolas Reunidas "Professora Guilomar de Oliveira Goeldner", da vila de Arrozeira, município de Timbó.

Erica Wessler para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola mista de Bom Retiro, distrito de Braço do Norte, município de Tubarão.

Portarias de 18 de abril de 1950

O SECRETARIO RESOLVE

Conceder licença:

De acordo com o art. 169, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

A Julieta Gonçalves dos Santos, ocupante da função de Auxiliar de Cozinha Dietética, referência III, do Centro de Saúde da Capital, por trinta dias, com desconto de um terço dos vencimentos, e a contar de 1º de abril corrente.

(1441)

De acordo com o art. 162, alínea a, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:
A Celso Leonel Siqueira, ocupante do cargo da classe D da carreira de Guarda-Sanitário, do Quadro Único do Estado, lotado no Centro de Saúde de Tubarão (8º Distrito-Sanitário), por trinta dias, com vencimento integral, e a contar de 21 de março p. passado. (1442)

Licenciar, "ex-officio":

De acordo com o art. 162, alínea b, da

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ES- TADUAIS

Salários-família despachados pelo sr.
Governador do Estado

17 DE ABRIL

João Silva — Concedido o salário-família na importância de Cr\$ 240,00.
Garcino Ramos, Patrocínio Coelho, Brasília José Amaral — Cr\$ 120,00.
Juvelino Cardoso, José Jutiel Filho, Bento Manoel Gonçalves, Alcides José da Oliveira, Romalino José Martins, Tiago de Jesus Silva, Bento Antônio Bitten-court, Venâncio Ezequiel Ribeiro, Manoel Vitorino dos Santos, João Camilo Ferreira, João Fernandes Pereira Neto, Edgido Manoel do Nascimento, Jacinto Maestri, Edmundo Felício Tarias, Laudelino Cunha, Laércio Leite Santiago, Antônio André da Silva, Amaro Nunes Garcia, Alcides Ribeiro dos Santos, Otávio Silva e Osório Prudêncio — Cr\$ 60,00.
Francisco Pinheiro, João Lino Bastos, Frederico Paulo Mann, Domingos Hermógenes da Silveira e Cláudio Recri — Cr\$ 40,00.

PROPOSTA DE PROMOÇÃO POR MÉRITO

Carreira: Estatístico-Auxiliar. Classe: H. Número de vagas a serem providas por merecimento: Uma.
Nomes dos funcionários de maior grau de merecimento:
Célia Brognoli, Dilma de Assis Moraes e Leni Leal.
Cespe, em 23 de janeiro de 1950.
Carlos da Costa Pereira, presidente.
Promovase Célia Brognoli.
13-4-50.
(Ass.) Aderbal R. da Silva

PROPOSTA DE PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

Carreira: Estatístico-Auxiliar. Classe: I. Número de vagas a serem providas por antiguidade: Uma.
Nomes dos funcionários mais antigos indicados para promoção:
Maria de Lourdes Lehnkuhl.
Cespe, em 23 de janeiro de 1950.
Carlos da Costa Pereira, presidente.
Promovase.
13-4-50.
(Ass.) Aderbal R. da Silva (1449)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edital n. 1.792

De ordem do exmo. sr. des. presidente da Câmara Civil torno público que, de acordo com o § 4º do artigo 878, do Código do Processo Civil, serão julgados no dia 24 do corrente, os seguintes autos:
Agravamento n. 1.828, da comarca de Itajaí, em que são agravantes Natche Miguel Francisco e sua mulher e agravados Antônio Quintino Pires e sua mulher. Relator o sr. des. Flávio Tavares.
Agravamento n. 1.821, da comarca de Florianópolis, em que é agravante João Vicente Gomes e agravados a Fazenda do Estado e outros. Relator o sr. des. Osvaldo Nóbrega.
Apelação cível n. 3.123, da comarca de Concórdia, em que são apelantes e apelados Anita Felsberta da Silva e outros três. Relator o sr. des. Osvaldo Nóbrega e revisores os srs. des. Nelson Guimarães e Alves Pedrosa.
Do que, para constar, faço esta publicação, para os devidos fins.
Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, 18 de abril de 1950.
Nair C. Gonzaga, secretária, em exercício.

Edital n. 1.793

Faço público, que, de acordo com o art. 41, do decreto-lei n. 4.565, de 11 de agosto de 1942, que modificou o art. 870, do Código do Processo Civil, se acha correndo prazo para preparo na Secretaria deste Tribunal do seguinte processo:
Apelação cível de Itajaí, apelante Carlos F. da Rosa e apelada Manuella de Brinquedões Estrêla S. A.
Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, 18 de abril de 1950.
Nair C. Gonzaga, secretária, em exercício. (1452)

lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:
Mário Gonçalves, ocupante do cargo da classe H da carreira de Auxiliar de Laboratório, do Quadro Único do Estado, lotado no Posto Experimental de Combate à Anelostomose, no sub-distrito da Trindade, por trinta dias, sendo quinze com vencimento integral e quinze com desconto de um terço do vencimento, e a contar de 10 de abril corrente. (1443)

José Verzola, ocupante da função de Marceneiro do Abrigo de Menores, por trinta dias, com vencimento integral. (1444)

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Ata da 565ª sessão, em 30 de setembro de 1949

Aos trinta (30) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e quarenta e nove (1949), às dez (10) horas, reunidos em sessão ordinária, sob a presidência do senhor desembargador Guilherme Luiz Abry, o Tribunal Regional Eleitoral. Compareceram os juizes senhores desembargadores José Rocha Ferreira Bastos e Edgar de Lima Pedreira, e doutores Mário de Carvalho Rocha, Arno Pedro Hoersch, Henrique Stodiek e Clarno Gustenhoffen Galletti, e o procurador regional, doutor Milton Leite da Costa, comigo, diretor da Secretaria, abaixo nomeado e assinado.

2. Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão do dia vinte e oito (28) do corrente.

3. No expediente foi lida a seguinte correspondência: Ofícios dos senhores desembargadores presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, e do dr. juiz eleitoral da 6ª Zona, todos agradecendo a comunicação que lhes fez o sr. des. presidente, de haver assumido suas funções; do dr. Heltor Blum, comunicando a eleição dos órgãos dirigentes da Caixa de Assistência dos Advogados, da qual foi eleito presidente; do dr. juiz eleitoral da 6ª Zona, remetendo cópia da ata final de anulação das eleições recém-realizadas no município de Capinzal, e de telegramas; do sr. José Domingos Paglioli, presidente da Câmara Municipal de Ituporanga, comunicando a instalação daquela Câmara, e do dr. juiz eleitoral da 9ª Zona, comunicando a designação de data para a instalação da Câmara Municipal de Piratuba. Com a palavra o juiz sr. des. Ferreira Bastos, fez entrega à mesa, do projeto de instruções para a realização de concursos para funcionários do T. R. E., tendo o sr. des. presidente mandado distribuir cópias das mesmas aos srs. juizes. Foram assinadas as resoluções referentes aos processos julgados na sessão anterior.

1. Seguiu-se a leitura da ata com o julgamento dos seguintes processos:
N. 142, cl. 4ª — Recorrente: União Democrática Nacional. Recorrida: A Junta Eleitoral da 17ª Zona. Relator: des. Ferreira Bastos. Por decisão unânime não conheceram do protesto:
N. 1.907, cl. 7ª — Relator: des. Ferreira Bastos. CANCELARAM nas Zonas de origem, as inscrições dos eleitores mencionados nos autos, que se transferiram para o Rio Grande do Sul:
N. 1.502, cl. 7ª — Relator: des. Edgar Pedreira. Mandaram cancelar na 34ª Zona, a inscrição n. 1.241, por motivo do óbito da eleitora Olívia Angélica Peruchi Osamele.
N. 1.908, cl. 7ª — Relator: des. Edgar Pedreira. Decretaram o cancelamento das inscrições dos eleitores relacionados no processo, que obtiveram transferência para a 26ª Zona:

N. 1.903, cl. 7ª — Relator: dr. Mário Rocha. Por motivo de duplicidade, ordenaram o cancelamento de uma das inscrições dos eleitores constantes dos autos:
N. 1.909, cl. 7ª — Relator: dr. Mário Rocha. Resolveram cancelar as inscrições dos eleitores arrolados no processo, que faleceram:

N. 1.904, cl. 7ª — Relator: dr. Arno Pedro Hoersch. Converteram o julgamento em diligência, nos termos do parecer do sr. dr. procurador regional:
N. 1.910, cl. 7ª — Relator: dr. Arno Pedro Hoersch. Determinaram o cancelamento das inscrições dos eleitores a que o processo alude, por motivo de falecimento.

N. 1.900, cl. 7ª — Relator: dr. Clarno G. Galletti. Afim-de que, na zona de origem, se apure se os eleitores referidos no processo são realmente analfabetos, baixaram os autos em diligência, constante o parecer do sr. dr. procurador regional.

Nada mais sendo submetido à consideração do Tribunal, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, diretor da Secretaria, fiz lavrar a presente ata e a subscreevo. (Ass.) Guilherme Abry, José Rocha Ferreira Bastos, Mário de Carvalho Rocha, Arno Pedro Hoersch, Clarno G. Galletti.

Fui presente: Milton da Costa, (4074)

Ata da 566ª sessão, em 3 de outubro de 1949

Aos três (3) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e quarenta e nove (1949), às dez (10) horas, reunidos em sessão ordinária, sob a presidência do senhor desembargador Guilherme Luiz Abry, o Tribunal Regional Eleitoral. Compareceram os juizes senhores desembargadores José Rocha Ferreira Bastos e Edgar de Lima Pedreira, e doutores Mário de Carvalho Rocha, Arno Pedro Hoersch e Clarno Gustenhoffen Galletti, e o procurador regional, doutor Milton Leite da Costa, comigo, diretor da Secretaria, abaixo nomeado e assinado. Não compareceram os senhores des. Edgar de Lima Pedreira e dr. Henrique Stodiek.

2. Foi lida e aprovada a ata da sessão do dia 30 de setembro próximo findo.

3. O expediente constou dos seguintes telegramas: do senhor Ministro presidente do Tribunal Superior Eleitoral, comunicando resolução daquele Tribunal

a respeito da afixação de cartazes e aposição de faixas de propaganda eleitoral em locais públicos, decidida o T. R. E. transmitir o teor desse despacho aos juizes eleitorais, para que dele deem conhecimento aos srs. prefeitos municipais; do doutor Plínio de Freitas Travassos, comunicando que assumiu o cargo de Procurador Geral Eleitoral; dos drs. juizes eleitorais de Araraquã, Rio do Sul e Conceição, comunicando a remessa de documentos relativos ao mês de 11 de setembro último; do sr. David do Amaral Camargo, participando que reassumiu o cargo de juiz eleitoral da 10ª Zona, e do dr. João Marcondes de Matos, comunicando que entrou em gozo de férias regulamentares.

4. Seguiu-se a ordem do dia, com o julgamento dos seguintes processos da cl. 7ª:
N. 1.913 — Relator: des. Ferreira Bastos. Por motivo de duplicidade cancelaram, na 8ª Zona, uma das inscrições dos eleitores relacionados no processo:
N. 1.915 — Relator: dr. Mário Rocha. Mandaram cancelar, na 33ª Zona, as inscrições dos eleitores mencionados nos autos, que obtiveram transferência para a 26ª Zona:

N. 1.916 — Relator: dr. Arno Pedro Hoersch. Decretaram o cancelamento, na 22ª Zona, da inscrição n. 919, correspondente ao eleitor José Moraes de Siqueira, que se transferiu para a 1ª Zona do Paraná:
N. 1.754 — Relator: dr. Clarno G. Galletti. Por motivo do óbito do eitor Jacinto Nichlatti, resolveram cancelar, na 15ª Zona, a sua inscrição, sob n. 1.713.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, diretor da Secretaria, fiz lavrar a presente ata e a subscreevo. (Ass.) Guilherme Abry, José Rocha Ferreira Bastos, Mário de Carvalho Rocha, Arno Pedro Hoersch, Henrique Stodiek, Clarno G. Galletti.

Fui presente: Milton da Costa, (4111)

Ata da 507ª sessão, em 5 de outubro de 1949

Aos cinco (5) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e quarenta e nove (1949), reunidos em sessão ordinária, sob a presidência do senhor desembargador Guilherme Luiz Abry, o Tribunal Regional Eleitoral. Compareceram os juizes senhores desembargadores José Rocha Ferreira Bastos e Edgar de Lima Pedreira, e doutores Mário de Carvalho Rocha, Arno Pedro Hoersch, Henrique Stodiek e Clarno Gustenhoffen Galletti, e o procurador regional, doutor Milton Leite da Costa, comigo, diretor da Secretaria, abaixo nomeado e assinado.

2. Aberta a sessão à hora regimental, foi lida e aprovada, sem restrições, a ata da sessão do dia três (3) do corrente.

3. O expediente constou dos seguintes telegramas: do sr. des. Hunald Santafior Cardoso, comunicando que reassumiu o cargo de presidente do T. R. E. de Sergipe; dos srs. João Carlos Thiesen e Francisco Roy Filho, comunicando o cargo de prefeito dos municípios de Ituporanga, Piratuba e Taubaté, respectivamente, dos drs. juizes eleitorais da 9ª, da 18ª e da 28ª Zonas, fazendo comunicações foram assinadas as resoluções referentes aos processos julgados nas duas últimas sessões.

4. Seguiu-se a ordem do dia, com o julgamento dos seguintes processos:
N. 143, cl. 4ª — Recorrente: A União Democrática Nacional. Recorrida: A Junta Eleitoral da 26ª Zona. Relator: des. Edgar Pedreira. Conheceram do recurso e negaram-lhe provimento, unânime mente.

N. 1.216, cl. 7ª — Relator: des. Ferreira Bastos. CANCELARAM a inscrição n. 2.870, do eleitor Hugo Costa, que faleceu:

N. 1.919, cl. 7ª — Relator: des. Ferreira Bastos. Mandaram cancelar, nas zonas de origem, as inscrições referentes aos eleitores relacionados nos autos que se transferiram para a 26ª Zona:

N. 1.914, cl. 7ª — Relator: des. Edgar Pedreira. Por motivo do falecimento dos eleitores constantes do processo, cancelaram, na 33ª Zona, as inscrições a eles correspondentes:

N. 1.212, cl. 7ª — Relator: dr. Mário Rocha. Ordenaram o cancelamento da inscrição n. 4.421, por motivo do óbito do eleitor José Raimundo de Castilho.

N. 1.921, cl. 7ª — Relator: dr. Mário Rocha. Decretaram o cancelamento, nas respectivas Zonas, das inscrições dos eleitores arrolados no processo, que obtiveram transferência para a 26ª Zona:

N. 1.922, cl. 7ª — Relator: dr. Arno Pedro Hoersch. Determinaram o cancelamento, na 35ª Zona, das inscrições correspondentes aos eleitores cujos nomes constam dos autos, que faleceram:

N. 1.905, cl. 7ª — Relator: dr. Henrique Stodiek. Mandaram cancelar, na 36ª Zona, as inscrições dos 99 eleitores referidos no processo:

N. 1.911, cl. 7ª — Relator: dr. Henrique Stodiek. Por motivo de óbito, foram canceladas as inscrições dos eleitores a que os autos se referem:

N. 1.906, cl. 7ª — Relator: dr. Clarno G. Galletti. Foram canceladas as inscrições correspondentes aos títulos que instruem o processo:

N. 1.912, cl. 7ª — Relator: dr. Clarno G. Galletti. CANCELARAM, por motivo do falecimento dos eleitores, as inscrições dos eleitores mencionados nos autos.

Fui presente: Milton da Costa, (4111)

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE FLORIANÓPOLIS

Requerimentos despachados

16 DE FEVEREIRO

Odilon Bartolomeu Vieira (3) — Certifique-se.

17 DE FEVEREIRO

João Machado Pacheco Júnior — Certifique-se.

Carlos Hoepcke S. A. Comércio e Indústria — Idem.

Vivaldo Wanderley — Idem. (733)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Térmo de contrato que entre si fazem o Departamento de Estradas de Rodagem e a senhora Maria da Conceição Anacleto, para o fim que nele se declara.

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta, no prédio sito à rua Arcepreste Paiva número um, onde funciona o Departamento de Estradas de Rodagem, presentes de um lado o engenheiro civil Marcello Noldin Motta, diretor-geral do DER., ora denominado contratante e, de outro lado, a senhora Maria da Conceição Anacleto, aqui denominado contratado, foi concluído este contrato, na forma e sob as cláusulas seguintes:

Cláusula primeira
O contratante usando das atribuições que lhe confere a letra I, do artigo 17 e parágrafo único do artigo 28, do decreto-lei n. 217, de 12 de setembro de 1946, contrata, neste ato, a senhora Maria da Conceição Anacleto, para, no Departamento de Estradas de Rodagem, desempenhar a função de Escriturário.

Cláusula segunda
O contratado obriga-se durante o período normal de trabalho da repartição ou extraordinário que lhe for determinado, a exercer no referido Departamento os serviços atinentes à sua função.

Cláusula terceira
O contratado residirá, durante a vigência deste contrato, na Capital do Estado.

Cláusula quarta
O contratante obriga-se a pagar ao contratado, mensalmente, como retribuição aos serviços prestados, o salário de doiscentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 840,00).

Cláusula quinta
O presente contrato começará a vigorar em data de 1º de fevereiro do corrente ano e terminará dois anos após.

Cláusula sexta
É vedado ao contratado o exercício de qualquer outra atividade pública, durante a vigência deste contrato, sob pena de rescisão automática do mesmo, salvo se houver disposição legal expressa permissiva.

Cláusula sétima
O presente contrato poderá ser rescindido, em qualquer tempo, por iniciativa do contratante ou contratado, mediante aviso-prévio de dois meses.

Cláusula oitava
O contratado obriga-se a sujeitar-se aos regulamentos, resoluções e portarias do DER., relativos ao cumprimento das funções exercidas pelos seus funcionários.

Cláusula nona
O pagamento ao contratado será efetuado, mensalmente, pelo DER., corrente essa despesa pela verba apropriada.

O presente termo de contrato foi lavrado por mim, Maria da Conceição Anacleto, Escriturário contratado. Encarregado do Pessoal do DER., e, para firmeza e validade do que fica estabelecido em suas cláusulas é, depois de lido e achado conforme, assinado pelas partes contratantes, pelas testemunhas abaixo, e pelo diretor da Divisão Administrativa subscrito, João Teixeira da Rosa Júnior.

O presente contrato está isento de qualquer imposto ou taxa.

Departamento de Estradas de Rodagem, em Florianópolis, 31 de janeiro de 1950.

Maria da Conceição Anacleto, contratada.

Marcello Motta, diretor-geral.

João Schlegel, 1ª testemunha.

Antônio Steudel Areão, 2ª testemunha.

João Teixeira da Rosa Júnior, diretor da Divisão Administrativa. (1393)

5. Passou-se, a seguir, à discussão das instruções para o concurso de dactilógrafo, escriturário, contínuo e servente da Secretaria do T. R. E., elaboradas pela Comissão para esse fim especialmente designada. As referidas instruções foram aprovadas, com duas emendas apresentadas pelo exmo. sr. des. presidente.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, diretor da Secretaria, fiz lavrar a presente ata e a subscreevo. (Ass.) Guilherme Abry, José Rocha Ferreira Bastos, Edgar de Lima Pedreira, Mário de Carvalho Rocha, Arno Pedro Hoersch, Henrique Stodiek, Clarno G. Galletti.

Fui presente: Milton da Costa, (4203)

INDÚSTRIA E COMÉRCIO BORTOLUZZI S. A. COMPANHIA HIDRO-ELETRICA ÁGUAS NEGRAS

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

Em cumprimento aos dispositivos legais e atendendo ao que prescrevem os nossos estatutos sociais, vimos apresentar-vos, a seguir, o balanço, a conta de lucros & perdas e parecer do conselho fiscal, relativo ao exercício de 1949.

O balanço geral e conta de lucros e perdas representam claramente a situação da sociedade, e para informações mais detalhadas, acham-se à disposição dos seus acionistas todos os livros e documentos.

São estas as informações, senhores acionistas, que nos cumpre levar ao vosso conhecimento e para quaisquer outros esclarecimentos achamo-nos ao vosso inteiro dispor.

Nova Veneza, 14 de março de 1950.

Alfredo Bortoluzzi, diretor-gerente.
Sílvia Bortoluzzi, diretor-gerente.
Renato Villar Rabelo, diretor-gerente.

BALANÇO GERAL, ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1949

ATIVO		
Imobilizado		
Imóveis e benfeitorias	306.053,20	
Terrenos e campos p/criação de gado	534.039,60	840.092,80
Estável		
Máquinas	43.204,60	
Móveis & utensílios	58.113,60	
Veículos	92.669,90	
Semoventes	5.970,00	199.958,10
Realizável a curto e longo prazo		
Devedores em c/corrente	2.147.660,70	
Mercadorias	1.478.741,20	
Gado existente na fazenda	411.080,00	4.037.481,90
Disponível		
Dinheiro existente em caixa		4.097,10
Conta de compensação		
Ações caucionadas	40.000,00	
Contas de resultados pendentes		48.332,60
Lucros & perdas — prejuízo verificado nesta gestão		
		Cr\$ 5.169.982,50
PASSIVO		
Exigível a curto e longo prazo		
Credores em c/corrente a curto prazo	2.535.248,80	
Credores em c/corrente a longo prazo	1.494.733,70	4.029.982,50
Não exigível		
Capital	800.000,00	
Fundo de reserva	160.000,00	
Fundo de provisões p/devedores duvidosos	140.000,00	1.100.000,00
Conta de compensação		
Caução da diretoria		40.000,00
		Cr\$ 5.169.982,50

Nova Veneza, 31 de dezembro de 1949.

Alfredo Bortoluzzi, diretor-gerente.
Sílvia Bortoluzzi, diretor-gerente.
Renato Villar Rabelo, diretor-gerente.
Hilário Cecconi Costa, guarda-livros, reg. na DEC. 19.698 e no CRC. 0.277.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS & PERDAS, REF. EXERCÍCIO DE 1949

DÉBITO	
Despesas gerais	4.469,10
Telegramas	1.863,70
I. A. P. C.	13.260,00
I. A. P. L.	4.055,10
Despesas do desmancho de arroz	4.800,00
Seguros	12.499,50
Consertos	10.961,00
Revistas & jornais	1.700,00
Ordenados	162.600,00
Material de escritório	480,00
Imposto sindical	830,00
Despesas de viagens	19.063,10
Impostos e taxas	34.323,80
Comissões	2.341,70
Juros e descontos	81.435,30
Frete e carretos	68.688,80
Imposto de luz elétrica	216,00
Despesas bancárias	987,90
Despesas da fábrica de balsa	201.549,60
Selos mercantis	54.098,70
Despesas dos caminhões	6.780,80
Filial de Timbó	19.055,50
Donativos	9.230,00
Cr\$ 715.199,60	
CRÉDITO	
Mercadorias	254.786,60
Fábrica de balsa	220.278,60
Descascador de arroz	6.641,60
Criações	3.520,00
Rendas diversas	11.220,20
Terras	170.400,00
Lucros & perdas	48.352,60
Cr\$ 715.199,60	

Nova Veneza, 31 de dezembro de 1949.

Alfredo Bortoluzzi, diretor-gerente.
Sílvia Bortoluzzi, diretor-gerente.
Renato Villar Rabelo, diretor-gerente.
Hilário Cecconi Costa, guarda-livros, reg. na DEC. 19.698 e no CRC. 0.277.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós abaixo-assinados membros efetivos do conselho fiscal da sociedade anônima Indústria & Comércio Bortoluzzi S.A., tendo examinado o balanço, livros, relatórios e demais contas referentes ao ano de mil novecentos e quarenta e nove, estando tudo em ordem, somos de parecer que sejam aprovados pela assembleia geral ordinária.

Nova Veneza, 14 de março de 1950.

Dionísio Mondardo
Dino Gorini
Atilio Bratti

(763)

COMPANHIA CINE LUZ

Assembleia geral ordinária

São convidados os srs. acionistas desta entidade a comparecerem à assembleia geral ordinária, no dia 30 de março do corrente mês, às 15 horas, na sede social, à Avenida Barão do Rio Branco n. 47, com a seguinte

Ordem do dia

1.ª — Apreciação, discussão e deliberação sobre o relatório e contas da diretoria, balanço e parecer do conselho fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1949.

b) Discussão de quaisquer outros assuntos de interesse social.

AVISO

Acham-se à disposição dos srs. acionistas, na sede da Sociedade, todos os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Caçador, 6 de março de 1950.

CompANHIA Cine Luz :

H. L. Giacomazi, diretor-gerente. (917)

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

Atendendo às determinações legais e estatutárias cumpriamos o grato dever de apresentar à vossa apreciação o balanço e conta de lucros e perdas, referentes ao exercício de 1949, encerrados em 31 de dezembro do ano transato.

Pelos documentos em apêço os senhores acionistas têm todos os elementos necessários ao julgamento dos atos da diretoria, permanecendo esta à disposição para quaisquer esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Ituporanga, em 31 de dezembro de 1949.

Leopoldo Jensen, diretor-presidente.
Curt Klein, diretor-gerente.
Joaquim Boeing, diretor-sub-gerente.

BALANÇO GERAL, ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1949

ATIVO		
Imobilizado		
Terrenos	122.809,70	
Rede de distribuição	191.786,20	
Obras hidráulicas	684.972,20	
Edifícios	141.392,30	
Geradores	185.776,40	
Máquinas	40.340,60	
Turbinas	186.236,10	
Transformadores	167.121,40	
Medidores	43.468,30	
Oficina	14.884,20	
Instalações diversas	12.697,50	
Veículos e semoventes	4.782,70	
Móveis e utensílios	18.764,60	
Reflorestamento	850,00	1.785.832,60
Disponível		
Caixa	13.272,30	
Depósitos em Bancos	2.857,70	16.130,00
Realizável		
Títulos a receber	4.157,50	
Devedores em conta corrente	45.796,70	
Capital a realizar	12.300,00	
Cobrança a realizar	14.635,70	
Contas a receber	835,00	
Materiais	60.915,40	138.540,30
Contas de resultado pendente		
Gastos de instalação		58.503,60
Conta de compensação		
Ações em caução		40.000,00
		Cr\$ 2.039.006,50
PASSIVO		
Não exigível		
Capital		1.600.000,00
Exigível		
Credores em conta corrente	314.681,20	
Obrigações a pagar	25.000,00	
Credores diversos	3.400,10	
Fólias de pagamento	7.131,10	
Saldo a distribuir	48.794,10	399.006,50
Conta de compensação		
Caução da diretoria		40.000,00
		Cr\$ 2.039.006,50

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1949

CRÉDITO	
Materiais	27.229,30
Luz e força	163.758,60
Aluguel de medidores	9.100,00
Juros e descontos	1.745,90
Rendas da oficina	10.358,10
Rendas diversas	63.007,40
Cr\$ 275.197,30	
DÉBITO	
Gastos diversos	9.059,80
Prejuízo	42.949,00
Ordenados	51.540,00
Salários	41.334,30
Contribuições para Institutos	9.421,70
Despesas bancárias	681,00
Juros e descontos	32.758,10
Despesas gerais	22.643,20
Gastos da oficina	3.814,90
Seguros de fogo	4.014,90
Seguros de acidente de trabalho	1.296,90
Impostos mercantis	5.792,40
Impostos diversos	1.097,00
Saldo a distribuir	48.794,10
Cr\$ 275.197,30	

Ituporanga, em 31 de dezembro de 1949.

Leopoldo Jensen, diretor-presidente.
Curt Klein, diretor-gerente.
Joaquim Boeing, diretor-sub-gerente.
Francisco Perillo, contador, dipl. e reg. no C. R. C. n. 265.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da Companhia Hidro-Elétrica Águas Negras, desincumbindo-se de sua missão, prescrita no artigo 127, I, II e III, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, e tendo examinado a escrita e todos os documentos em questão, recomenda à assembleia geral ordinária a aprovação do inventário, balanço, contas da diretoria e todos os atos praticados pela diretoria, durante o exercício de 1949, em virtude de ter encontrado em tudo a mais perfeita ordem e exatidão.

Ituporanga, 3 de fevereiro de 1950.

Emil Altenburg
Olegário Estefano Koerich
Ricardo Berndt

(618)

INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BARRO S. A.

Assembleia geral ordinária

2.ª CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital de convocação, são convidados os senhores acionistas a reunirem-se em assembleia geral ordinária em segunda convocação que será realizada em nossa sede social às 16 (dezessis) horas do dia 16 (dezessis) de abril para deliberar sobre a seguinte

Ordem do dia

1.ª — Apreciação do balanço e contas do exercício de 1949, parecer do conselho fiscal e relatório da diretoria.
2.ª — Eleição do conselho fiscal para o exercício de 1950.
3.ª — Assuntos de interesse da Sociedade.

Rio do Teste, 8 de abril de 1950.

Curt A. Wege, diretor-gerente. (913)

INDÚSTRIA E COMÉRCIO BORTOLUZZI S. A.

Assembleia geral ordinária

São convidados os senhores acionistas desta sociedade, para comparecerem à assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 30 do corrente mês e ano, às 16 horas, na escritório desta sociedade, afim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1.ª — Apreciação do balanço, contas e demais atos da diretoria e parecer do conselho fiscal.
2.ª — Eleição do novo conselho fiscal.
3.ª — Assuntos de interesse social.

Nova Veneza, 14 de abril de 1950.

Indústria e Comércio Bortoluzzi S. A.:
Alfredo Bortoluzzi, diretor-gerente.
Renato Villar Rabelo, diretor-gerente. (922)

BANCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SANTA CATARINA S. A.

ITAJAÍ — SANTA CATARINA
BALANCETE EM 31 DE MARÇO DE 1950
(Compreendendo Matriz e Agências)

A T I V O		
A — DISPONÍVEL		
C A T X A		
Em moeda corrente	25.884.360,20	
Em depósito no Banco do Brasil	15.814.997,20	
Em depósito à ordem da Sup. da Moeda e do Crédito	4.914.955,90	46.714.321,30
B — REALIZÁVEL		
Títulos e valores mobiliários:		
Apólices e obrigações Federais:		
Em dep. no Banco do Brasil S. A. à ordem		
da Sup. da Moeda e do Crédito, no va-		
lor total nominal de Cr\$ 4.100.800,00	3.475.645,10	
Em carteira	300.152,30	
Apólices estaduais	174.534,00	
Apólices municipais	50.000,00	
Ações e debêntures	1.845.000,00	5.845.337,40
		729.000,00
Letras do Tesouro Nacional	72.734.028,90	
Empréstimos em c/corrente	1.394.188,00	
Empréstimos hipotecários	290.892.005,90	
Títulos descontados	257.802.482,80	
Agências no país	13.706.711,10	
Correspondentes no país	394.653,70	636.724.070,40
Outros créditos		2.502.771,70
Imóveis		807.539,00
Outros valores		646.698.718,50
C — IMOBILIZADO		
Edifícios de uso do Banco	10.603.890,60	
Móveis e utensílios	2.145.104,50	
Material de expediente	176.181,20	12.925.215,30
Instalações	39,00	
D — RESULTADOS PENDENTES		
Juros e descontos	241.958,80	
Impostos	240.384,20	4.671.907,80
Despesas gerais e outras contas	4.189.564,80	
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Valores em garantia	158.400.206,00	
Valores em custódia	293.201.444,10	
Títulos a receber de c/alheia	413.531.260,60	865.132.910,70
		Cr\$ 1.576.143.073,60

P A S S I V O		
F — NAO EXIGIVEL		
Capital	15.000.000,00	
Fundo de reserva legal	3.000.000,00	
Fundo de provisão	16.700.000,00	
Outras reservas	5.787.252,10	40.487.252,10
G — EXIGIVEL		
DEPÓSITOS		
à vista e a curto prazo		
de Poderes Públicos	3.967.039,70	
de Autarquias	13.278.820,40	
em C/c sem limite	70.027.366,00	
em C/c limitadas	30.365.349,10	
em C/c populares	63.502.700,40	
em C/c sem juros	5.904.879,00	
em C/c de aviso	13.306.328,40	205.252.483,00
a prazo:		
de Poderes Públicos	286.134,30	
de Autarquias	7.071.662,60	
de diversos:		
a prazo fixo	79.250.587,70	
de aviso prévio	64.737.482,30	151.345.856,90
		356.593.349,90
OUTRAS RESPONSABILIDADES		
Obrigações diversas	14.712.390,60	
Agências no país	259.841.570,20	
Correspondentes no país	22.908.165,10	
Ordens de pagamento e outros créditos	4.542.699,00	
Dividendos a pagar	148.311,30	302.156.136,20
		658.754.486,10
H — RESULTADOS PENDENTES		
Contas de resultados		11.768.424,70
I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Depositantes de valores em garantia e em custódia	451.601.650,10	
Depositantes de títulos em cobrança:		
do País	413.513.649,40	
do Exterior	17.611,20	413.531.260,60
		865.132.910,70
		Cr\$ 1.576.143.073,60

GENÉSIO M. LINS
Diretor-Superintendente
DR. RODOLFO RENAUX BAUER
Diretor-Gerente
DR. MARIO MIRANDA LINS
HERCILIO DERKE
Diretores-Adjuntos

Itajaí, 12 de abril de 1950.

OTTO RENAUX
IRINEU BORNHAUSEN
ANTONIO RAMOS
Diretores

ERICO SCHAEFFER
Chefe da Contabilidade Geral
Dipl. Reg. na DEC. nr. 22.638 e CRC nr. 2.179

SERAFIM FRANKLIN FERREIRA
Sub-Chefe da Contabilidade Geral
Dipl. Reg. na DEC. nr. 17.391 e CRC nr. 0.181

(894)

AUTO JARAGUA S. A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ata da assembleia geral ordinária, realizada em 28 de fevereiro de 1950

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e cinquenta, no edifício da sede social da Auto Jaragua S. A., Indústria e Comércio, à rua Marechal Deodoro da Fonseca, nesta cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, às quinze horas, presentes os acionistas Eugênio Vitor Schmückel, Edgar Barg, Wilhelm Kel, Leopoldo Karsten, Faustino P. Rubini, Sérgio Thomsen e Friedrich Barg, representando presentes o setenta e nove ações, conforme apresenta o livro de presença de acionistas, e, havendo número legal, foi aberta a assembleia sob a presidência do sr. Friedrich Barg. O presidente com a palavra, explicou que a assembleia convocada por editais publicados nos jornais locais "Correio do Povo", de n. 1.578, 1.579 e 1.580, de 5, 12 e 19 de fevereiro de 1950, bem como no "Diário Oficial do Estado", de n. 4.117, 4.118 e 4.119, de 10, 13 e 15 do mesmo mês, envolvia a prestação de contas da diretoria, parecer do conselho fiscal, eleição do conselho fiscal para o corrente ano e assuntos diversos de interesse da sociedade e pedia a assembleia que elegesse um presidente para os trabalhos sobre os quais iriam deliberar. Feita a eleição, recitou a escolha no acionista Edgar Barg, que imediatamente assumiu o cargo e convidou a ním. Eugênio Vitor Schmückel, para secretário. Assim constituída a mesa, o sr. presidente mandou ler os avisos de convocação publicados nos jornais acima mencionados, bem como o relatório da diretoria, contas da diretoria e parecer do conselho fiscal e disse que, uma vez apresentado o balanço de 1949, publicado no "Correio do Povo", de n. 1.578, em 5 de fevereiro de 1950 e "Diário Oficial do Estado", de n. 4.122 em 17 de fevereiro do mesmo ano, submetta dito balanço à discussão e, como ninguém tivesse manifestado opinião contrária, foi o mesmo pôsto em votação, tendo sido aprovado por unanimidade de votos. Deixaram de votar, os membros da diretoria. A seguir falou o sr. presidente da necessidade de eleger o sr. presidente do conselho fiscal, tendo sido, por proposta do acionista Leopoldo Karsten, apresentado a reeleição que depois de submetida à votação, foi aprovado por unanimidade de votos, sendo o conselho fiscal composto de membros Dr. Adolfo D. Müller e Tobias Müller, e para suplentes os srs. João West, Acilino da Costa e Leopoldo Reimer. Logo após, abriu o sr. presidente o item três da ordem do dia, isto é, a discussão de assuntos diversos de interesse da sociedade e que dava a palavra ao acionista que dela quisesse fazer uso. Em seguida, com a palavra o acionista Faustino P. Rubini, falou da necessidade de reconsiderar o ordenado do diretor-presidente, pelo esforço que o mesmo emprestava ao desenvolvimento da firma, assim como o dos diretores-técnicos e auxiliares, que não deixavam de ter sua parcela de responsabilidade de cargo que ocupavam, tendo o sr. Friedrich Barg, em continuação ao assunto, proposto que, conforme dispunham os estatutos sociais, fossem os vencimentos do diretor-presidente e dos diretores-técnicos e auxiliares, mensais e fixados em Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) em Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), sendo o cargo de diretor-auxiliar continuaria sem remuneração, pois que, a sua sugestão ora apresentada viria perfeitamente ao encontro dos interesses sociais. Pôsto em votação, foi a proposta do acionista Friedrich Barg aceita, por unanimidade de votos. Em continuação, com a palavra o presidente da assembleia disse que estava em discussão o assunto referente aos lucros obtidos no exercício de 1949, tendo o acionista Wilhelm Kelbert proposto que, em virtude de o dividendo mínimo apresentado ser de opinião que se reservasse especial, pois, assim fundado nos interesses da firma, o que foi aceito por todos, com a votação que se seguiu. Dando sequência à terceira parte da ordem do dia, pediu a palavra o sr. Sérgio Thomsen, para dizer que, com o desaparecimento da seção loja, ficavam obsoletos os direitos atribuídos a mesma seção e que era de parecer que se aprovasse o fundo de reserva especial, criado para tais casos, para reduzir esta conta, em prestações sucessivas e na medida das possibilidades do fundo até o seu completo desaparecimento. Disse ainda que se o fundo não chegasse a ser liquidado neste exercício, fosse o seu saldo liquidado nos exercícios vindouros. Pôsto em votação este

CIA. M. ZIPPERER, MADEIRAS

Assembleia geral ordinária

Ficam convidados os srs. acionistas, para a assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 27 de março às 14 horas, na sede social em Rio Negrinho, à rua Jorge Zipperer, s/n., devendo ser observada a seguinte

Ordem do dia

- 1º) Aprovação do relatório da diretoria, balanço e demais contas e parecer do conselho fiscal.
- 2º) Outros assuntos de interesse social.

Rio Negrinho, 25 de fevereiro de 1950
Carlos Zipperer, diretor-presidente.
(893)

BONATO S. A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Ata n. 8, da assembleia geral ordinária

Aos vinte e seis dias do mês de março de 1950, na sede social, presentes os acionistas que subscrevem a presente, e representando mais de 50% do capital social, num total de 6.371 ações, conforme se constata do livro de presença dos acionistas. Por aclamação foi indicado o sr. Oreste Floriani Bonato para presidir os trabalhos da assembleia, o qual convidou a ním. Luiz S. Paludo, para secretário. Assim constituída a mesa, pediu o sr. presidente, procedesse à leitura dos editais convites publicados no "Diário Oficial do Estado", em datas de 23, 24 e 27 de fevereiro de 1950; que é do seguinte teor: "Bonato S. A. Comércio e Indústria. Aviso: Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório da sede social, à rua Getúlio Vargas 12, nesta cidade de Joacaba, os documentos a que se refere o art. 99, letras a, b e c, do decreto-lei n. 2.027, de 26 de setembro de 1940. Oreste Floriani Bonato, diretor-presidente. Convocação para a assembleia geral ordinária. São convidados os senhores acionistas para a assembleia geral ordinária, que se realizará no dia 26 de março do corrente ano, às 10 horas, em sua sede social, à rua Getúlio Vargas, 12, nesta cidade, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º — Discussão e aprovação do relatório da diretoria, balanço geral, conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal, referentes ao ano de 1949. 2º — Eleição da diretoria e conselho fiscal. 3º — Fixação dos ordenados da diretoria e conselho fiscal. 4º — Assuntos do interesse social. Joacaba, 6 de fevereiro de 1950. Oreste Floriani Bonato, diretor-presidente. Com a palavra o sr. presidente solicitou dos srs. acionistas fosse deliberado sobre a aprovação das contas da diretoria, balanço geral, relatório de lucros e perdas, e conselho fiscal, os quais após amplamente debatidos foram aprovados por unanimidade. Prosseguindo pediu o sr. presidente se procedesse à eleição da diretoria, a qual por unanimidade foi reeleita, ficando assim constituída: Diretor-presidente sr. Oreste Floriani Bonato, diretor-vice-presidente, Guerino Piva Dalcancalle, diretor-

parecer, foi o mesmo aprovado por maioria de votos. Como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, encerrou-se esta assembleia, da qual eu, Eugênio Vitor Schmückel, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai por todos assinada. É cópia fiel da ata assinada em data de vinte e oito de fevereiro de 1950, da qual fui secretário. Jaraguá do Sul, 28 de fevereiro de 1950. Eugênio Vitor Schmückel.
(582)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

CURSO PARA MÉDICOS

Está aberta a inscrição para o Curso de Lepre, que o Serviço Nacional de Lepre, do Departamento Nacional de Saúde, fará realizar em Curitiba, Paraná, de 19 de junho a 26 de agosto. O referido Curso preparará médicos para o ingresso em cargos da carreira de epidemiologista, em todo o território nacional. Os interessados poderão obter esclarecimentos na Secretaria do Departamento de Saúde Pública, nesta Capital, ou na Delegação Federal de Saúde da Setima Região, em Porto Alegre.

gerente Amadeu Bordin, e diretor-tesoureiro Mário Gewehr; sendo-lhes fixados os seguintes ordenados: Cr\$ 4.500,00 para os diretores-presidente e gerente e Cr\$ 4.000,00 para os diretores-vice-presidente e tesoureiro; para o conselho fiscal foram eleitos os senhores Vidal Pereira Alves, Floreio Appl e Maria Villanova Fontana, para membros efetivos do conselho fiscal, e os senhores Jacob Spesso, Atílio Fontana e Paulo Walmor Kuntto, para suplentes, sendo-lhes atribuída a importância de Cr\$ 100,00 para cada sessão. Nada mais havendo a tratar mandou o sr. presidente procedesse à leitura desta, que lida e achada conforme foi pelos presentes assinada. Joacaba, 26 de março de 1950. Luiz S. Paludo, secretário. Oreste Floriani Bonato, presidente. Assinaturas: Domingos Floriani Bonato — 11 ações. Mário Gewehr — 337 ações. Sebastião Nodari — 38 ações. Remo Franzol — 5 ações. Floreio Appl — 8 ações. Aveilino Schneider — 32 ações. Luiz S. Paludo — 12 ações. Guerino Dalcancalle — 831 ações. Oreste Floriani Bonato — 2.209 ações. Silvestre Dreach — 387 ações. Amadeu Bordin — 505 ações. Maria Villanova Fontana — 122 ações. A presente ata é cópia fiel do original lavrada no livro competente, de atas da assembleia geral, da firma Bonato S. A. Comércio e Indústria, Joacaba, 26 de março de 1950. Luiz S. Paludo, secretário.

N. 5.121 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,00 de selos federais para arquivamento. Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 10 de abril de 1950.

O secretário: Eduardo Nicolich. A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 10 de abril de 1950.

Eduardo Nicolich, secretário.

(899)

DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

Inspetoria do 1º Distrito

SEDE EM FLORIANÓPOLIS

Edital n. 1 — Prazo de 30 dias

De ordem do sr. eng. diretor de Terras e Colonização, faço público a quem interessar possa, que as petições requerendo terras devolutas no município de Palhoça, cujos números, áreas, situações, confrontações e nomes dos requerentes, vão abaixo mencionados, se acham nesta Inspetoria, com vistas aos oponentes ou interessados no prazo acima referido, findo o qual, não havendo contestações, serão as ditas petições, após verificação oficial, encaminhadas para despacho final do exmo. sr. Governador.

Município de Palhoça

Anatol Romensky — Requer 50 hectares de terras devolutas no lugar Rio do Poncho, distrito de São Bonifácio, município de Palhoça, confrontando: Norte, com terras de Teodoro Doener; sul, com terras de Concessão Henrique Lage e oeste, com quem de direito.

Custódio Rozeno Torquato — Requer 26 hectares de terras devolutas no lugar Rio d'Una, distrito de Paulo Lopes, município de Palhoça, confrontando: Norte, sul, este e oeste, com quem de direito.

Pedro Mendes de Sousa — Requer 50 hectares de terras devolutas no lugar Indaial, distrito de Paulo Lopes, município de Palhoça, confrontando: Norte, sul, este e oeste, com terras devolutas.

E, para que ninguém alegue ignorância, lavrei o presente edital, do qual extraí cópias para serem publicadas no "Diário Oficial do Estado" e afixadas nos lugares mais públicos do município de Palhoça.

Florianópolis, 14 de janeiro de 1950.

Ney Santana, inspetor-geral.

Edital n. 2 — Prazo de 30 dias

De ordem do sr. eng. diretor de Terras e Colonização, faço público a quem interessar possa, que as petições requerendo terras devolutas no município de Tijucas, cujos números, áreas, situações, confrontações e nomes dos requerentes, vão abaixo mencionados, se acham nesta Inspetoria, com vistas aos oponentes ou interessados no prazo acima referido, findo o qual, não havendo contestações, serão as ditas petições, após verificação oficial, encaminhadas para despacho final do exmo. sr. Governador.

Município de Tijucas

Clara Brasil dos Santos — Requer 14.310 m² de terras devolutas no lugar São João Batista, distrito de Tijucas, município de Tijucas, confrontando: Norte, com a rua do cemitério; sul, terra devoluta; leste e oeste, com sua propriedade.

Tarcis de Sousa — Requer 572 m² de terras devolutas no lugar São João Batista, distrito de Tijucas, município de Tijucas, confrontando: Norte, com sua propriedade; sul e oeste, com terras ocupadas por Aurelinda Espindola, oeste, com a rua da Caneleira.

Aurelinda Espindola — Requer 14.934 m² de terras devolutas no lugar São João Batista, distrito de Tijucas, município de Tijucas, confrontando: Norte, com a rua da Caneleira; este, e sul com sua propriedade; oeste, com sua propriedade.

E, para que ninguém alegue ignorância, lavrei o presente edital, do qual extraí cópias para serem publicadas no "Diário Oficial do Estado" e afixadas nos lugares mais públicos do município de Tijucas.

Florianópolis, 14 de janeiro de 1950.

Ney Santana, inspetor-geral.

Edital n. 3 — Prazo de 30 dias

De ordem do sr. eng. diretor de Terras e Colonização, faço público a quem interessar possa, que as petições requerendo terras devolutas no município de São José, cujos números, áreas, situações, confrontações e nomes dos requerentes, vão abaixo mencionados, se acham nesta Inspetoria, com vistas aos oponentes ou interessados no prazo acima referido, findo o qual, não havendo contestações, serão as ditas petições, após verificação oficial, encaminhadas para despacho final do exmo. sr. Governador.

Município de São José

Pedro Gubert — Requer 20 hectares de terras devolutas no lugar Pinhal, distrito de Rancho Quelimado, município de São José, confrontando: Norte, com Vva. Bruno Fco. Goedert; sul, Guilherme Schiffer Junior; leste, com o requerente e Pedro Nicolau Schmitz e oeste, com Reinaldo Frederico Schütz.

Aldo Manoel Sardá — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Mar Francês, distrito de Rancho Quelimado, município de São José, confrontando: Norte, e oeste, com perau; sul, e oeste, Leopoldo Heinz.

Nicolau Pedro Schmitz — Requer 3 hectares de terras devolutas no lugar Pinhal, distrito de Rancho Quelimado, município de São José, confrontando: Norte, com Vva. Bruno Goedert; sul, com Adelino Schiffer e Bernardino Schmitz; leste, com o requerente; e ao oeste, com quem de direito.

E, para que ninguém alegue ignorância, lavrei o presente edital, do qual extraí cópias para serem publicadas no "Diário Oficial do Estado" e afixadas

nos lugares mais públicos do município de São José.

Florianópolis, 14 de janeiro de 1950.

Ney Santana, inspetor-geral.

Edital n. 4 — Prazo de 30 dias

De ordem do sr. eng. diretor de Terras e Colonização, faço público a quem interessar possa, que as petições requerendo terras devolutas no município de Florianópolis, cujos números, áreas, situações, confrontações e nomes dos requerentes vão abaixo mencionados, se acham nesta Inspetoria, com vistas aos oponentes ou interessados no prazo acima referido, findo o qual, não havendo contestações, serão as ditas petições, após verificação oficial, encaminhadas para despacho final do exmo. sr. Governador.

Município de Florianópolis

Leonel Timóteo Pereira — Requer 30 hectares de terras devolutas no lugar distrito de Cachoeira, município de Florianópolis, confrontando: Norte, Estrada Geral; este, Francisco Paixão; sul, Vva. Moura; oeste, Manoel de Tal.

Haroldo Villela — Requer 11 hectares de terras devolutas no lugar distrito de Florianópolis, município de Florianópolis, confrontando: Um lado, com a estrada Três Pontes; e sul, com a Escola Mista de Três Pontes. Sizenando da Silva Monteiro — Requer 11 hectares de terras devolutas no lugar Vila Operária, distrito e município de Florianópolis, confrontando: Um lado, com Geraldina Bastos; outro lado, terras do Estado por outro, com a estrada de Trindade e Fundos, he deiros de Gregório de Tal.

E, para que ninguém alegue ignorância, lavrei o presente edital, do qual extraí cópias para serem publicadas no "Diário Oficial do Estado" e afixadas nos lugares mais públicos do município de Florianópolis.

Florianópolis, 14 de janeiro de 1950.

Ney Santana, inspetor-geral.

Edital n. 5 — Prazo de 30 dias

De ordem do sr. eng. diretor de Terras e Colonização, faço público a quem interessar possa, que as petições requerendo terras devolutas no município de Fátima, cujos números, áreas e situações, confrontações e nomes dos requerentes vão abaixo mencionados, se acham nesta Inspetoria, com vistas aos oponentes ou interessados no prazo acima referido, findo o qual, não havendo contestações, serão as ditas petições, após verificação oficial, encaminhadas para despacho final do exmo. sr. Governador.

Município de Fátima

José Tório — Requer 1 hectare de terras devolutas no lugar Fátima, distrito de Fátima, município de Fátima, confrontando: Norte, com o município de Camborá; sul, com o Travesseiro Geral de Mansinhos; este, com Augusto Bayer e oeste, com Pedro Lino.

E, para que ninguém alegue ignorância, lavrei o presente edital, do qual extraí cópias para serem publicadas no "Diário Oficial do Estado" e afixadas nos lugares mais públicos do município de Fátima.

Florianópolis, 14 de janeiro de 1950.

Ney Santana, inspetor-geral.

Edital n. 6 — Prazo de 30 dias

De ordem do sr. eng. diretor de Terras e Colonização, faço público a quem interessar possa, que as petições requerendo terras devolutas no município de Biguaçu, cujos números, áreas, situações, confrontações e nomes dos requerentes, vão abaixo mencionados, se acham nesta Inspetoria, com vistas aos oponentes ou interessados no prazo acima referido, findo o qual, não havendo contestações, serão as ditas petições, após verificação oficial, encaminhadas para despacho final do exmo. sr. Governador.

Município de Biguaçu

Francisco Wollinger — Requer 300 hectares de terras devolutas no lugar Areias, distrito de Guaporanga, município de Biguaçu, confrontando: Norte, João Macari; sul, com o requerente e outros; leste, com o Rio Jordão e oeste, com terras particulares.

E, para que ninguém alegue ignorância, lavrei o presente edital, do qual extraí cópias para serem publicadas no "Diário Oficial do Estado" e afixadas nos lugares mais públicos do município de Biguaçu.

Florianópolis, 23 de março de 1950.

Ney Santana, inspetor-geral.

Núcleo Colonial Antópolis

Edital n. 1-A — Prazo de 30 dias

De ordem do sr. eng. diretor de Terras e Colonização, faço público a quem interessar possa, que as petições requerendo terras devolutas no Núcleo Colonial Antópolis, cujos números, áreas, situações, confrontações e nomes dos requerentes vão abaixo mencionados, se acham nesta Inspetoria, com vistas aos oponentes ou interessados no prazo acima referido, findo o qual, não havendo contestações, serão as ditas petições, após verificação oficial, encaminhadas para despacho final do exmo. sr. Ministro da Agricultura.

Município de Palhoça

N. 532 — Sebastião Laurentino da Silva — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Alfa, lote n. 22-A, distrito de Antópolis, município de Palhoça.

N. 537 — Patrício Sousa Brasil — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Alfa, lote n. 3, distrito de Antópolis, município de Palhoça.

N. 538 — Nezo Ferreira de Sousa — Requer 50 hectares de terras devolutas no lugar Braco do Norte, lote n. 3, distrito de Antópolis, município de Palhoça, confrontando: Norte, com terras devolutas; sul, lote n. 4, Sec. Alfa; leste, lotes ns. 1, 2 e 3, Braco do Norte; oeste, lotes ns. 6 e 8, Sec. Alfa.

N. 518 — Tolcato de Sousa Filho — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Lajeado, lote n. 33, distrito de Antópolis, município de Palhoça.

N. 514 — Geraldo Nienkötter — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Ytaipava, lote n. 3, distrito de Antópolis, município de Palhoça.

E, para que ninguém alegue ignorância, lavrei o presente edital, do qual extraí cópias para serem publicadas no "Diário Oficial do Estado" e afixadas nos lugares mais públicos do Núcleo Colonial Antópolis.

Antópolis, 18 de janeiro de 1950.

Ney Gabriel Santana, inspetor-geral.

Edital n. 2-A — Prazo de 30 dias

De ordem do sr. eng. diretor de Terras e Colonização, faço público a quem interessar possa, que as petições requerendo terras devolutas no Núcleo Colonial Antópolis, cujos números, áreas, situações, confrontações e nomes dos requerentes vão abaixo mencionados, se acham nesta Inspetoria, com vistas aos oponentes ou interessados no prazo acima referido, findo o qual, não havendo contestações, serão as ditas petições, após verificação oficial, encaminhadas para despacho final do exmo. sr. Ministro da Agricultura.

Município de Palhoça

N. 540 — Osmar Hinkel — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Pinheiros, lote n. 1, distrito de Antópolis, município de Palhoça, confrontando: Fundos do lote n. 38-A, da Sec. Pinheiros.

N. 505 — Mathias Hinkel — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Pinheiros, lote n. 53, distrito de Antópolis, município de Palhoça.

N. 541 — Henrique Bernardo Böng — Requer 30 hectares de terras devolutas no lugar Pinheiros, lote n. 1, distrito de Antópolis, município de Palhoça, confrontando: Sul, com terras devolutas; leste, com terras devolutas; oeste, lote n. 3-A, Sec. Pinheiros.

N. 534 — Manoel Ped e Filgueiredo — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Pinheiros, lote n. 26, distrito de Antópolis, município de Palhoça.

N. 405 — Eduardo Seemann — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Gaspar, lote n. 20, distrito de Antópolis, município de Palhoça, confrontando: Norte, lote n. 21, Sec. Gaspar, sul, lote n. 19, Sec. Gaspar; este, lote n. 14, Sec. Gaspar; oeste, lote n. 23, Sec. Gaspar.

E, para que ninguém alegue ignorância, lavrei o presente edital, do qual extraí cópias para serem publicadas no "Diário Oficial do Estado" e afixadas nos lugares mais públicos do Núcleo Colonial Antópolis.

Antópolis, 18 de janeiro de 1950.

Ney Gabriel Santana, inspetor-geral.

Edital n. 3-A — Prazo de 30 dias

De ordem do sr. eng. diretor de Terras e Colonização, faço público a quem interessar possa, que as petições requerendo terras devolutas no Núcleo Colonial Antópolis, cujos números, áreas, situações, confrontações e nomes dos requerentes, vão abaixo mencionados, se acham nesta Inspetoria, com vistas aos oponentes ou interessados no prazo acima referido, findo o qual, não havendo contestações, serão as ditas petições, após verificação oficial, encaminhadas para despacho final do exmo. sr. Ministro da Agricultura.

Município de Palhoça

N. 506 — João Alves de Ili — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Lajeado, lote n. 1, distrito de Antópolis, município de Palhoça.

N. 515 — Tolcato de Sousa Filho — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Chapadão, lote n. 11, distrito de Antópolis, município de Palhoça.

N. 535 — Quiliano Helderseid — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Chapadão, lote n. 23, distrito de Antópolis, município de Palhoça.

N. 533 — José Fernandes Brito — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Chapadão, lote n. 1, distrito de Antópolis, município de Palhoça, confrontando: Com os lotes ns. 22 e 23, da Sec. Chapadão.

E, para que ninguém alegue ignorância, lavrei o presente edital, do qual extraí cópias para serem publicadas no "Diário Oficial do Estado" e afixadas nos

lugares mais públicos do Núcleo Colonial Antópolis.

Antópolis, 18 de janeiro de 1950.

Ney Gabriel Santana, inspetor-geral.

Edital n. 4-A — Prazo de 30 dias

De ordem do sr. eng. diretor de Terras e Colonização, faço público a quem interessar possa, que as petições requerendo terras devolutas no Núcleo Colonial Antópolis, cujos números, áreas, situações, confrontações e nomes dos requerentes, vão abaixo mencionados, se acham nesta Inspetoria, com vistas aos oponentes ou interessados no prazo acima referido, findo o qual, não havendo contestações, serão as ditas petições, após verificação oficial, encaminhadas para despacho final do exmo. sr. Ministro da Agricultura.

Município de Palhoça

N. 524 — Benedito Rech — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Ytibia, lote n. 20, distrito de Antópolis, município de Palhoça.

N. 525 — Vendolino Hang — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Ytibia, lote n. 21, distrito de Antópolis, município de Palhoça.

N. 524 — João Weber — Requer 50 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Ytibia, lotes ns. 13 e 14, distrito de Antópolis, município de Palhoça.

N. 517 — Ernesto Manoel Rodrigues — Requer 14 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Pithiza, lote n. 1, distrito de Antópolis, município de Palhoça, confrontando: Fundos dos lotes 16 e 17, da Sec. Braco do Norte.

N. 521 — Pedro Fortkamp — Requer 50 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Itaipava, lote n. 1, distrito de Antópolis, município de Palhoça, confrontando: Norte, com terras devolutas; sul, com terras devolutas; oeste, lotes ns. 14 e 16.

E, para que ninguém alegue ignorância, lavrei o presente edital, do qual extraí cópias para serem publicadas no "Diário Oficial do Estado" e afixadas nos lugares mais públicos do Núcleo Colonial Antópolis.

Antópolis, 18 de janeiro de 1950.

Ney Gabriel Santana, inspetor-geral.

Edital n. 5-A — Prazo de 30 dias

De ordem do sr. eng. diretor de Terras e Colonização, faço público a quem interessar possa, que as petições requerendo terras devolutas no Núcleo Colonial Antópolis, cujos números, áreas, situações, confrontações e nomes dos requerentes vão abaixo mencionados, se acham nesta Inspetoria, com vistas aos oponentes ou interessados no prazo acima referido, findo o qual, não havendo contestações, serão as ditas petições, após verificação oficial, encaminhadas para despacho final do exmo. sr. Ministro da Agricultura.

Município de Palhoça

N. 497 — João Brandt — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Alfa, lote n. 30-A, distrito de Antópolis, município de Palhoça, confrontando: Norte, lote n. 30, Sec. Alfa; sul, lote n. 33, Sec. Povoaamento; este, lote n. 29, Sec. Alfa; oeste, lotes ns. 34 e 35, Sec. Povoaamento.

N. 519 — Francisco de Almeida Coelho — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Alfa, lote n. 14, distrito de Antópolis, município de Palhoça, confrontando: Norte, terras de Maria Joia A. Coelho; sul, terras de Longino Melo; leste, terras de José Brandt; este, terras devolutas.

N. 522 — Maria Joaquina de Jesus — Requer 50 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Alfa, lote n. 1, distrito de Antópolis, município de Palhoça, confrontando: Norte, com terras devolutas; sul, com terras devolutas; leste, com terras devolutas; este, com terras devolutas.

N. 539 — Sebastião Laurentino da Silva — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Sec. Alfa, lote n. 20-A, distrito de Antópolis, município de Palhoça.

N. 494 — Benedita Maria de Brito — Requer 25 hectares de terras devolutas no lugar Samuel Pereira, lote n. 15, distrito de Antópolis, município de Palhoça.

E, para que ninguém alegue ignorância, lavrei o presente edital, do qual extraí cópias para serem publicadas no "Diário Oficial do Estado" e afixadas nos lugares mais públicos do Núcleo Colonial Antópolis.

Antópolis, 18 de janeiro de 1950.

Ney Gabriel Santana, inspetor-geral.

(603)

Inspetoria do 8º Distrito

SEDE EM CURITIBANOS

Edital n. 10/50 — Prazo de 30 dias

De ordem do senhor diretor de Terras e Colonização e na forma da resolução n. 73, datada de 25 de julho de 1940, notificado a firma Granato, Antunes Cia. Ltda, proprietária do Núcleo Colonial denominado "Barra do Rio Marombas", situada em Campos Novos e escritório central em Campos Novos ou onde o for, a comparecer nesta Inspetoria de Terras e Colonização, para encaminhar por nosso intermédio o requerimento, memorial, etc., a fim de ser o citado núcleo registrado na Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, sob pena de ser devidamente autuada e multada.

TESOURO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SUB-DIRETORIA DE CONTABILIDADE

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 13 DE ABRIL DE 1950

Saldo do dia 12, em caixa	Cr\$ 2.108.882,30	
RECEBIMENTOS		
Montepio	1.510,60	
Depósitos	60.854,60	
	Cr\$ 2.171.228,00	
PAGAMENTOS		
Secretaria do Interior e Justiça	4.817,00	
Secretaria da Fazenda	4.025,50	
Secretaria da Viação	12.604,90	
Departamento de Estatística	51,50	
Restos a pagar	405,00	
Depósitos	20.882,00	
Montepio	5.526,00	
Saldo na Tesouraria para o dia 14	2.122.916,10	
	Cr\$ 2.171.228,00	

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

NA TESOUREARIA		
Depósitos	1.616.707,70	
Montepio	218.351,40	
Disponível	287.857,00	2.122.916,10
NOS BALANÇOS		
Do Brasil		
Disponível	679.801,00	
Montepio em c/c. direta	60.048,20	739.849,20
Nacional do Comércio		
C/especial n. 2	4.480.016,80	
C/especial n. 3	2.220,30	
C/remessas Coletórias	1.226.056,00	
Montepio c/c. direta	321.316,30	6.031.609,40
Indústria e Comércio de Santa Catarina		
Disponível	378.656,00	
Montepio em c/c. direta	2.526,70	381.182,70
Do Distrito Federal		
Disponível em c/d. movimento	1.777,10	
Montepio em c/c. direta	863.698,30	865.475,40
De Crédito Popular e Agrícola de Santa Catarina		
Disponível e depósitos	996.702,60	
Caixa Econômica Federal — C/A disposição	209.908,50	
Casa Bancária Hoepcke Ltda.		
	Cr\$ 11.951.544,00	

Manoel Rodrigues Araújo
Oficial administrativo

Manoel F. da Silva
Tesoureiro

Francisco Gouvêa, Sub-Diretor interino (13877)

INOBR — INDÚSTRIAS OXFORD-BRASIL S. A.

Ata da assembleia geral ordinária, em 25 de fevereiro de 1950, pelas 15 horas

Aos 25 de fevereiro de 1950, pelas 15 horas, presentes os acionistas abaixo firmados, representando Cr\$ 621.000,00 em ações ordinárias, com voto, instalou-se esta assembleia geral ordinária da INOBR — Indústrias Oxford-Brasil S. A., convocada por meio de editais, de acordo com o decreto-lei n. 2.627, de 26-9-40. Constatada a presença de número suficiente para o legal funcionamento, assumiu a presidência o diretor-gerente sr. Afonso Klemke, que convidou a mim, Dulphe Agostinho do Nascimento, para servir de secretário. Da ordem do dia constavam os seguintes itens: 1º — Discussão e votação do relatório da diretoria, balanço de 31 de dezembro de 1949, demonstração de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal. 2º — Eleição do novo conselho fiscal e suplentes. 3º — Outros assuntos de interesse social. Após leitura e análise do relatório, do balanço e contas, ref. 1949 e do parecer do conselho fiscal, cuja publicação ainda não saiu no "Diário Oficial do Estado", naturalmente por excesso de matéria dessa mesma natureza, foram estes documentos aprovados, depois de ligeira discussão, sem restrições, abstenção de votar os membros da diretoria. A assembleia aprovou os documentos em apreço independente de publicação, tendo em conta o parecer do sr. Ministro da Fazenda, publicado sob n. 390.672, no "Diário Oficial da União", de 31-5-1949, página 8.142. Passando para o ponto 2º da ordem do dia, foram indicados para membros efetivos do futuro conselho fiscal os srs. Adhemar Tavares Vieira, Carlos Beulke e Norvaldo Gonçalves da Luz e para suplentes os srs. Guilherme Urban, d. Ruth Matzeck Urban e Alois Kahlhofer Filho, sem remuneração. A casa aceitou esta indicação sem restrições, tendo deixado de votar os eleitos que se achavam presentes. Continuando já no ponto 3º, da ordem do dia, pediu o presidente que se autorizasse a diretoria a convocar uma assembleia geral extraordinária, proximamente, para a qual deverão ser convidados todos os acionistas, inclusive os portadores de ações preferenciais, por via epistolar, em cuja reunião deverá ser exposto aos

E, para que ninguém alegue ignorância, lavrei o presente edital do qual extraí cópias para serem publicadas no "Diário Oficial do Estado", e afixadas nos lugares mais públicos do município de Campos Novos. Inspectoria do 8º Distrito de Terras e Colonização, com sede em Curitiba, nos 3 dias do mês de abril de 1950. Alceu Ramos Martins, inspetor. (1405)

JORGE MAYERLE S. A. COMÉRCIO

AVISO

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório desta Sociedade, à Av. Getúlio Vargas, 998, nesta cidade os documentos a que se refere o art. 99, alíneas a, b e c, do decreto-lei n. 2.627 de 26 de setembro de 1940.

Assembleia geral ordinária

CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas desta sociedade a comparecerem à assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 29 de abril do corrente ano, às 15 horas, na sede social à Av. Getúlio Vargas, 998, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º) Leitura, exame, discussão e aprovação do relatório da diretoria, parecer do conselho fiscal, balanço geral e contas da administração, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 1949
 - 2º) Eleição dos membros do conselho fiscal.
 - 3º) Assuntos gerais de interesse social.
- Joinville, em 24 de março de 1950.
Jorge Mayerle, diretor-superintendente
Antônio Badal de Aries, diretor-tesouro.

Peter Markus Mayerle, diretor da contabilidade. (912)

nesmos um plano traçado pela diretoria, que visa, entre outras coisas, a reforma parcial dos estatutos sociais, inclusive, eventualmente, a mudança da sede da sociedade para a cidade de Joinville, onde reside a maioria dos nossos acionistas e onde lhe parece haver maior facilidade de comunicações e possibilidade de expansão de negócios, especialmente na seção de casas pré-fabricadas, bem como a esperança de se integrarmos, com mais brevidade, o nosso capital social. Pôsto em discussão e votação, foi esta idéia aprovada e a diretoria autorizada a dar os passos necessários para a convocação da assembleia extraordinária. Escoada a matéria da ordem do dia, o presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. E, como ninguém quisesse prevalecer-se dessa facilidade, deu por encerrados os trabalhos e mandou que se lavrasse esta ata, que, depois de aprovada, é assinada por todos. São Bento do Sul, 25 de fevereiro de 1950. (Ass.) Afonso Klemke, presidente; Dulphe Agostinho do Nascimento, secretário; Guilherme Urban, Willy Pillies, Eugênio Binder, Adhemar Tavares Vieira, Carlos Beulke, Maria Marga Urban e Afonso Klemke. A presente ata, datilografada e com a fiel do original constante do livro de atas das assembleias gerais, S. Bento do Sul, 25-2-1950, Dulphe Agostinho do Nascimento, secretário. (537)

EMPRESA AUTO-VIAÇÃO CATARINENSE S. A.

Certifico que, revendo o livro de atas da Empresa Auto-Viação Catarinense S. A., née a fls. 21 verso, 22 e verso e 23, encontrei a ata do teor seguinte:

Ata da assembleia geral ordinária da Empresa Auto-Viação Catarinense S. A., realizada em 30 de março de 1950

Aos trinta dias do mês de março do ano de mil novecentos e cinquenta, nesta cidade de Blumenau, à rua Floriano Peixoto n. 2 (Edifício Mutua), onde se acha a sede social, em virtude de sua recente mudança da sede anterior, à rua 15 de Novembro n. 552, teve lugar, às 16 horas e 15 minutos, uma assembleia geral ordinária da Empresa Auto-Viação Catarinense S. A., regularmente convocada, conforme anúncio publicado no "Diário Oficial do Estado", ns. 4.126, 4.130 e 4.131, de 5, 6 e 7 de março de 1950, e, outrossim, no jornal local "A Nação", ns. 228, 229 e 230, de 3, 4 e 5 de março de 1950, respectivamente. Compareceram 13 (treze) acionistas portadores de 807 ações, no valor nominal de Cr\$ 335.000,00. Havia também de presença, do qual constam as assinaturas dos acionistas presentes. Havendo quorum legal para o funcionamento da assembleia, o acionista e diretor-gerente Leopoldo Collin, assumiu a presidência designando a nós Friedrich J. Fischer como procurador da acionista Lola Karli Fischer e Frederico Henschke para servirem respectivamente de 1º e 2º secretários, e declarou formada a mesa investida para a direção dos trabalhos, e declarou aberta a assembleia. Por determinação do sr. presidente, li o anúncio de convocação, conhecido nos seguintes termos: Empresa Auto-Viação Catarinense S. A. Aviso. Acham-se à disposição dos acionistas, na sede social, à rua 15 de Novembro n. 552, nesta cidade, os documentos a que se refere o art. 99, d. decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, relativos ao balanço do ano de 1949. Assembleia geral ordinária: São convidados os srs. acionistas a comparecerem à assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 30 de março de 1950, às 16 horas, no escritório desta Empresa, à rua 15 de Novembro n. 552, em Blumenau, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º) — Apresentação, discussão e aprovação do balanço geral, relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal, tudo referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 1949; 2º) — Eleição da diretoria; 3º) — Eleição do conselho fiscal; 4º) — Assuntos diversos. N. B.: Conforme art. 29, capítulo V, dos nossos estatutos, os acionistas presentes à assembleia geral, deverão sempre legitar-se mediante apresentação dos seus títulos ou exibirem documento que prove terem nos depósitos na sede social, Blumenau, 25 de fevereiro de 1950. Leopoldo Collin, diretor-gerente. Abordando o presidente o 1º ponto da ordem do dia, deu explicações referente ao balanço e todas as explicações foram sempre legítimas. Seleccionou o acionista sr. Fritz Freytag esclarecimentos referente a parcela no ativo: acionistas a realizar Cr\$ 317.500,00, ainda existente, e ficou explicado pelo presidente e do conselho fiscal, que no Interim, isto é, até a data da assembleia, foram realizadas as ações, com exceção de Cr\$ 9.000,00. Ao referido acionista, em troca está sendo concedido um último prazo de 90 dias para efetuar o pagamento ou entrar em entendimento com a diretoria. Essa explicação foi aceita pelo acionista sr. Fritz Freytag, declarando, entretanto, o mesmo que mantinha a sua restrição com relação à aprovação do balanço. O mesmo se referiu ao ano de 1949 e a integralização do capital, conforme apurado, ter sido feito somente no mês de março deste ano. Pôsto em votação o 1º ponto da ordem do dia, foi aprovado o balanço, relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal, com as restrições acima apontadas. Passando para o 2º ponto da ordem do dia: "Eleição da diretoria", o presidente sr. Leopoldo Collin, preliminarmente, justificando uma redução do número dos membros da diretoria para dois, declarou que não pode aceitar, por motivos particulares, caso fôr proposto pela assembleia sua reeleição para o cargo de diretor-gerente. Foi proposto então que sejam eleitos, conforme lição pelos estatutos, somente dois diretores-gerentes para administrar a Sociedade. Propostos os srs. João Hahn e Adolfo Hass, os quais então foram eleitos por unanimidade de votos, continuando vigorar para o presente ano, os vencimentos de Cr\$ 30.000,00. Da ordem do dia: Eleição do conselho fiscal. Foram propostos como membros efetivos os srs. Friedrich J. Fischer, Fritz Freytag e Erich Brandt, como suplentes os srs. Max Hertel, Alfred Freschel e Otto Hennings. Pôsto em votação foram eleitos por unanimidade de votos, com a mesma remuneração anterior, o conselho fiscal autorizado a contratar um contabilista como seu assistente, sendo que o mesmo receberá ordens e instruções exclusivamente do referido conselho. Correm as despesas respectivas por conta da Sociedade. Referente ao 4º ponto da ordem do dia: Assuntos diversos, foi decidido o 2º sorteio de debentures emitidos pela Sociedade, sendo 10% (dez) sobre a emissão de Cr\$ 1.500.000,00. Recaiu o sorteio a todos os títulos com número final "3" (três). Pelo acionista sr. dr.

JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE CANOINHAS

Falência de João Scheler

O doutor Euclides de Cerqueira Cintra, juiz de direito da comarca de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber aos que o presente edital vem, que devidamente instruída e depois de preenchidas as formalidades legais, foi aberta a falência de João Scheler na forma da sentença abaixo: "Vistos e bem examinados estes autos, dêes consta que irmãos Veiga ingressaram em Juízo com uma ação executiva cambial contra João Scheler e sua mulher afirmando haverem a soma de Cr\$ 22.390,00 correspondente à duplicatas aceitas e não pagas no vencimento em 29 de outubro de 1946, 1º de novembro de 1946 e 11 de abril de 1947. Citado em 23 de maio de 1949, deixou de pagar a referida importância, motivo por que foram-lhe penhorados bens e afinal julgada procedente a referida ação. Pôsto em prazo os bens em questão, decorria o prazo para a mesma quando ingressaram em Juízo, Gerardo Mariano Gunther, Alvinio Koch, Wendelin Erhardt, Emilio Bosse, August Haensch, José Bolles Poukhnivski, Guilherme Gonjowski, Carlos Spies e Carlos Archebrenner com pedido de abertura de concurso de credores por serem portadores de uma nota promissória no valor de Cr\$ 24.300,00, Cr\$ 30.000,00, Cr\$ 20.000,00, Cr\$ 12.900,00, Cr\$ 8.10.000,00, Cr\$ 10.000,00, respectivamente, assim como de uma declaração de falência no valor de Cr\$ 20.000,00, de uma letra de câmbio de Cr\$ 3.950,00 e finalmente de notas promissórias nos valores de Cr\$ 5.000,00 e Cr\$ 4.000,00, vencidas em 30 de setembro, 28 de janeiro, 31 de janeiro, 28 de fevereiro de 1949, 30 de dezembro de 1948, 30 de março de 1949, 1º de setembro, 1º de fevereiro, tudo de 1949 e 1º de setembro de 1948. Isto posto e tendo em vista que o devedor comum é comerciante, conforme se verifica à fls. 23, é de se decretar sua falência. Jorge Americano ensina à fls. 388, de seus Comentários ao Código de Processo Civil, volume 4º, que o "concurso de credores dá-se quando está insolvente o executado não comerciante. Quando o executado fôr comerciante não se instaura concurso mas abre-se-lhe a falência conforme a lei respectiva". Em sequência decreta a falência de João Scheler, estabelecida nesta cidade com fabrica de cerveja de alta fermentação, hoje às 14 horas. Marco o prazo de vinte dias para os credores apresentarem as declarações e documentos justificativos de seus créditos. Fixo o termo legal da falência no dia 16 de dezembro de 1949. Apresente o falido no prazo de duas horas a relação dos herdeiros e os livros comerciais. Cumpra o escrivão as providências legais que lhe são atinentes. Publique-se na forma da lei. R. I. Canoinhas, 15 de abril de 1950. (a). Euclides de Cerqueira Cintra, juiz de direito. Foram assim notificados os credores da falência para apresentarem em cartório a declaração em duplicata se já não o fizeram, de seus créditos acompanhados dos respectivos comprovantes. E, para que chegue notícia mandei passar este que será afixado nos lugares determinados por lei e publicado na imprensa. Eu, R. I. de Silva, escrivão de Juízo de Comércio, o escrevi. Euclides de Cerqueira Cintra, juiz de direito. (803)

José Ribeiro de Carvalho foi proposto constasse da ata um voto de agradecimento ao sr. Leopoldo Collin, pelo modo como sempre agiu durante os anos que exerceu o cargo de diretor-gerente. Em tempo: Quando em discussão o 2º ponto da ordem do dia, foi dada descarga à diretoria que hoje terminou o seu mandato. Como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, o sr. presidente agradeceu o comparecimento dos acionistas e as referências quanto ao seu nome, mandando lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, val assinada por todos os presentes, juntamente comigo, Friedrich J. Fischer, 1º secretário, Friedrich J. Fischer, L. Collin, Adolfo Hass, José Ribeiro de Carvalho, Ruy Ebbesen Martins, Fritz Freytag, Max Hertel, Frederico Henschke, Afonso Hass, Paul Koch, Erich D. Brandt, pp. Lola Karli Fischer — Friedrich J. Fischer. Era o que se continha em a dita ata, que, bem e fielmente para aqui transcrevi, indico esta assinada por mim, secretário e pelo presidente Leopoldo Collin. L. Collin, presidente. Friedrich J. Fischer, secretário.

N. 5129 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,00 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 30 de março de 1950.

O secretário: Eduardo Nicolich.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 30 de março de 1950.

Eduardo Nicolich, secretário. (802)

EMPRESA SUL BRASILEIRA DE ELETRICIDADE S. A.

RELATORIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias em vigor, a diretoria tem a satisfação de submeter à vossa apreciação o relatório relativo ao exercício de 1949, acompanhado do balanço geral, demonstração da conta "lucros e perdas" e do parecer do conselho fiscal, os quais atestam a sólida situação financeira e econômica da empresa.

Produção e distribuição de energia elétrica

No exercício de 1949 a produção total de energia elétrica, destinada a fins industriais e a iluminação pública e particular, atingiu 34.817.981 kilowatt-horas, dos quais 28.719.043 kilowatt-horas foram produzidas pelas usinas da empresa e 6.098.938 kilowatt-horas fornecidos pela Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A., com sede na cidade de Blumenau, verificando-se o acréscimo de 3.989.730 kilowatt-horas sobre a distribuição do ano anterior, isto é, mais 12,9%.

Contribuiu para o acréscimo da distribuição de energia elétrica o fornecimento de 6.098.938 kilowatt-horas pela Empresa Força e Luz de Blumenau e os reparos e substituições de peças, em mau estado, de várias máquinas das nossas usinas, aumentando, desse serviço, o rendimento da produção.

A produção por usinas foi assim registrada:

Usina do Bracinho	20.867.376 kilowatt-horas
" Pirai	6.271.987 "
" São Lourenço	1.579.680 "

A distribuição de energia foi feita através das nossas linhas de transmissão e redes distribuidoras, cuja extensão sobre a 783.538 metros e servem aos municípios de Joinville, Guarani, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Campo Alegre, Mafra, Tijucas e Nova Trento no Estado de Santa Catarina e Rio Negro e Lapa no Estado do Paraná.

Do fornecimento total de 34.817.981 kilowatt-horas 1.618.452 kilowatt-horas destinaram-se ao consumo da cidade de São Francisco do Sul e Parati e 1.297.753 kilowatt-horas ao consumo da cidade de Canoinhas.

Acham-se atualmente em funcionamento, 8 sub-estações abaixadoras de tensão e nas redes de distribuição 306 transformadores.

O serviço de iluminação pública das cidades e vilas fez-se com o emprego de 4.460 lâmpadas, as quais atingiram a potência de 302.400 watts.

Medidores

A fim de acabar de vez, com o desperdício de energia destinada à iluminação domiciliar, a empresa adquiriu a General Electric S. A., 4.000 medidores, dos quais já recebeu 2.536 e colocou 1.901 aparelhos.

Os 1.901 aparelhos foram instalados na cidade de Joinville e no distrito de Pirabeiraba, onde já foi concluído o serviço.

A diretoria está no propósito de estender a todas as cidades e vilas, onde houver distribuição de energia, o emprego de medidores, esperando regularizar, com essa medida, o fornecimento de energia a domicílio.

Consumidores

No exercício de 1949 foram extraídos 139.810 talões para cobrança de fornecimento de energia para força e luz, tendo-se verificado o aumento de 6.504 talões, em relação ao ano de 1948.

O número de consumidores atingiu em 1949 a 12.796, isto é, mais 535, do que no ano anterior.

Telefones

A empresa explora os Serviços Telefônicos nas cidades de Joinville, Mafra, Rio Negro e Itaipópolis.

Apesar das dificuldades encontradas, devido, principalmente, as baixas tarifas, ainda, em vigor, tem procurado melhorá-las.

As tarifas cobradas pela empresa são ínfimas, em relação as em vigor na Empresa Telefônica Catarinense.

Em memorial datado de 17 de junho de 1949 dirigido ao Prefeito do município de Joinville, expôs a empresa a necessidade de serem elevadas as taxas telefônicas a um preço razoável, a fim de poder ampliar as suas instalações, sem que, até a presente data, tenha recebido resposta.

As taxas atuais para comércio, indústria e domicílio variam em Joinville de Cr\$ 25,00 a Cr\$ 32,00 por mês, em Mafra, Rio Negro e Itaipópolis de Cr\$ 10,00 a Cr\$ 12,00.

Urge, pois, um entendimento entre a empresa e as Prefeituras, no sentido de ser resolvido de vez o assunto, de grande interesse para as cidades em que a empresa mantém esses serviços.

A extensão das linhas telefônicas alcançaram no exercício de 1949 a 1.163,9 Kms., sendo 723,9 Kms. na cidade de Joinville e 440,0 Kms. nas cidades de Mafra, Rio Negro e Itaipópolis.

Acresce, ainda, que a empresa, destinada ao serviço interno, possui uma linha telefônica que se estende de Joinville a Mafra, passando por Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e Rio Negrinho com o desenvolvimento de 132,9 Kms.

O número de assinantes na cidade de Joinville eleva-se a 500 e nas cidades de Mafra, Rio Negro e Itaipópolis, respectivamente, a 135, 136 e 8.

O número de empregados, que exercem atividade nos serviços telefônicos, atingiu a 16 no exercício de 1949.

A instalação da cidade de Joinville é automática e nas demais cidades manual.

Serviços realizados

A diretoria tendo o propósito de levar ao conhecimento dos senhores acionistas os serviços realizados no exercício de 1949 nas instalações da empresa, situadas em diversas cidades e várias localidades, menciona-os nestas linhas, de modo a dar completos esclarecimentos.

Nas três usinas em funcionamento da empresa Bracinho — Pirai — São Lourenço foram realizados, no decorrer do exercício de 1949, serviços de consertos gerais das máquinas, pintura e reparos de prédios e tubulações e de conservação das estradas e caminhos situados nos terrenos das usinas.

Na usina do Bracinho foi substituída a roda motriz da máquina n. 1, aumentando o rendimento da turbina.

Nas linhas de transmissão, durante o mesmo exercício, foram substituídos 209 postes e 37 cruzetas de madeira, pintadas 39 cruzetas de ferro e roçado o trágado das linhas para facilitar o serviço de inspeção das mesmas.

Na linha entre Joinville e Jaraguá do Sul, ficou concluída a pintura das torres de aço, bem como o serviço de substituição dos isoladores do segundo circuito.

Nas sub-estações de Joinville, Jaraguá do Sul, Mafra e Tijucas foram concluídos os serviços de pintura das estruturas de ferro e de reparos dos prédios.

Na sub-estação n. 1, em Joinville, foi consertado o motor síncrono, tendo sido substituído o enrolamento e na sub-estação de Jaraguá do Sul, o transformador de regulação, melhorando as condições de fornecimento de energia.

Na sub-estação de Tijucas foram executados serviços de reparos e pintura das casas dos transformadores.

Nas redes de distribuição das cidades de Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Campo Alegre, Mafra, Rio Negro, Lapa, Tijucas e Nova Trento e nas localidades servidas pela empresa foram executados, no decorrer do exercício de 1949, serviços de melhoramento, aumento e conservação das respectivas redes.

Os serviços de maior vulto compreenderam a colocação de 50 postes de concreto armado, tipo "Cavan", substituição de 323 postes de madeira e aumento de 181 lâmpadas na iluminação pública.

A rede de alta e baixa tensão da rua Duque de Caxias, na cidade de Joinville, foi modificada de acordo com o sistema "Standard" e instalada, na mesma rua, mais uma estação transformadora e na rua São Pedro a rede de baixa tensão foi aumentada em 250 metros.

Os serviços executados nas instalações e redes telefônicas consistiram, também, em aumento, melhoramento e conservação.

A oficina da empresa esteve em gran atividade no exercício de 1949, pois seus operários operários foram executados o conserto e enrolamento de 24 transformadores de propriedade da empresa de 5.130 KVA de capacidade total e de 14 transformadores particulares com a capacidade de 1.335 KVA, além de consertos e modificações em diversos transformadores de corrente e tensão e de 15 chaves a óleo de 35 a 6 KV.

A oficina efetuou ainda o conserto e enrolamento de 23 motores e 32 ventiladores e a confecção de um transformador de regulação de 1.250 KVA, de lâminas ferragens para as redes e linhas e de 20 quadros de ferro para medidores, sem incluir os trabalhos de reparos e aferição de 1.907 medidores.

Nos serviços de reparos, consertos, conservação e aumento realizados nas instalações situadas em toda região, em que a empresa distribui energia elétrica, foi dispendida, no exercício de 1949, a apreciável soma de Cr\$ 2.991.121,70.

Ampliação da Usina do Bracinho

A diretoria abriu concorrência, no exercício de 1949, para o fornecimento da maquinaria destinada à ampliação da usina do Bracinho, tendo apresentado propostas as firmas:

Allis-Chalmers	(Estados Unidos)
Charmille-Secheron	(Suíça)
Escher Wyss-Brown Boveri	(Suíça)
Francobel	(França)
Th. Bell-Brow Boveri	(Suíça)
Electric-Morgan Smith	(Estados Unidos)

Estudadas as diversas propostas pelo Departamento Técnico da empresa, era pensamento da diretoria, devido ao menor prazo de entrega, adquirir a maquinaria a firmas norte americanas mas as dificuldades encontradas no mercado cambial, para a obtenção de dólares, levou-a a assinar contrato de aquisição com as firmas suíças Brown, Boveri e Escher Wyss S. A., pelo preço de 2.512.760,00 francos suíços, equivalente em moeda nacional a importância de Cr\$ 12.061.248,00.

O contrato foi assinado em 23 de setembro de 1949 e dispõe, nas suas cláusulas, que as firmas fornecedoras obrigam-se a entregar a maquinaria no prazo de 24 meses e estipula as condições de pagamento em quatro prestações iguais.

A maquinaria consta de duas turbinas de jato livres de 10.000 cavalos cada uma, além do material acessório.

A tubulação destinada ao acionamento das turbinas será de aço soldado e terá o comprimento de 758 metros e os diâmetros internos variando de 1,070 a 1,475 metros.

As obras civis constam do desvio das águas do rio do Júlio, por um túnel de 1.206 metros de extensão, com 3 metros de diâmetro, para a bacia do rio Bracinho e do lançamento das águas do rio Cubatão, por meio de uma tubulação de 3.000 metros de comprimento, com 2 metros de diâmetro interno, nas nascentes do rio do Júlio.

Os volumes das águas dos rios do Júlio e Cubatão, baixam respectivamente, nas épocas de estiagem, a 1,5 e 4 metros cúbicos, conforme as medições que o Departamento Técnico da empresa vem realizando periodicamente.

Para a acumulação das águas do rio do Júlio e elevação do respectivo nível, foi projetada a construção de uma barragem de concreto armado, com 150 metros de comprimento por 12 de altura.

O projeto prevê, ainda, a construção, em concreto armado, de uma barragem de acumulação e regularização no quinto salto do rio Bracinho, com a capacidade de 10.000.000 de metros cúbicos.

Desviadas as águas dos rios do Júlio e Cubatão para o leito do rio Bracinho, a empresa poderá dispor do volume mínimo de 7 metros cúbicos d'água, suficiente para acionar um grupo de turbinas de 50.000 cavalos de potência.

Nas obras projetadas está incluída a ampliação do atual prédio da usina do Bracinho, para comportar a instalação de mais duas unidades.

A empresa iniciou por administrá-las e a execução de serviços preliminares, no rio do Júlio, como a construção da estrada que dá acesso à boca do túnel e preparo e sondagem da área do terreno, onde será levantada a barragem, bem como a linha de transmissão de energia elétrica para o local em que serão realizadas as obras projetadas.

Apresentaram propostas para a execução das obras destinadas ao desvio das águas do rio do Júlio, construção do túnel e barragem, as firmas:

Servix Engenharia Ltda.
Companhia de Indústrias Gerais, Obras e Terras.
Christiansen e Nielsen.
Companhia Construtora Nacional.

O orçamento organizado pelo Departamento Técnico da empresa, para a execução das obras destinadas ao desvio das águas do rio do Júlio, que compreendem a construção do túnel e barragem, inclusive o aumento do potencial da usina do Bracinho, com a instalação e aquisição da maquinaria e tubulação de aço, importa na soma de Cr\$ 40.000.000,00.

As obras civis serão iniciadas logo que a empresa conseguir o empréstimo que está negociando e deverão estar concluídas, inclusive funcionamento da maquinaria adquirida, desde que o programa traçado possa ser obedecido, no primeiro trimestre de 1952.

Receta e despesa

A receita total da Empresa, ascendeu, no exercício de 1949, a soma de Cr\$ 11.253.888,60, tendo havido um acréscimo de Cr\$ 995.060,10, em relação à arrecadação de Cr\$ 10.258.828,20, correspondente ao ano anterior, assim, dividida:

a) renda proveniente de energia para força motriz	Cr\$ 5.751.320,90
b) renda proveniente do fornecimento de energia para iluminação e uso doméstico	Cr\$ 4.268.515,60
c) renda proveniente da seção comercial, serviços de instalações e outros	Cr\$ 1.234.052,10
Total da receita	Cr\$ 11.253.888,60

A despesa total, no exercício de 1949, alcançou a soma de Cr\$ 9.182.483,50, superior em Cr\$ 183.068,20 a de 1948, onde se acham incluídos os gastos de:

a) ordenados aos diretores, funcionários e operários	Cr\$ 3.661.375,50
b) descanso remunerado	Cr\$ 350.565,30
c) serviços realizados nas usinas, redes, sub-estações, linhas de transmissões, prédios, seguros, propaganda etc.	Cr\$ 1.572.243,00
d) impostos, seguros, propaganda etc.	Cr\$ 556.182,20
e) taxas pagas a Institutos de Previdência	Cr\$ 181.573,90
f) compras de energia	Cr\$ 491.631,70
g) depreciações e amortizações	Cr\$ 2.003.369,80
h) fundo para máquinas obsoletas e de reserva legal	Cr\$ 365.542,10
Total da despesa	Cr\$ 9.182.483,50

O acréscimo da receita de Cr\$ 995.060,10, superou de modo apreciável o aumento da despesa de Cr\$ 183.068,20, o que vem demonstrar a sólida situação econômica, que desfruta a Empresa.

Lucros e perdas

O exercício de 1949 encerrou-se com o lucro bruto de Cr\$ 4.440.317,00, do qual foi deduzida a quantia de Cr\$ 2.003.369,80, lançada a crédito de "depreciações" e destinada à amortização de "bens móveis", resultando, desta dedução, o apreciável lucro líquido de Cr\$ 2.436.947,20.

Adicionando, este lucro, a importância de Cr\$ 7.014.078,60 saldo transferido de exercícios anteriores, a conta "lucros e perdas" apresenta o saldo total de Cr\$ 9.451.025,80, conforme demonstração anexa.

O saldo apurado, leva a diretoria a propor aos senhores acionistas a seguinte distribuição:

Fundo de reserva legal — 5%	Cr\$ 121.847,40
Fundo para máquinas obsoletas — 10%	Cr\$ 243.694,70
Fundo de reserva para obrigações trabalhistas — 20%	Cr\$ 414.238,10
Fundo de ampliação de usinas e instalações	Cr\$ 8.000.000,00
Dividendos de 6% ao ano, sobre o capital realizado de Cr\$ 8.000.000,00	Cr\$ 480.000,00
Aprovada a distribuição na forma sugerida pela diretoria, passará ao exercício de 1950, a importância de Cr\$ 8.640.554,00.	

Serviços

Prestaram serviço à empresa, no decorrer do exercício de 1949, 231 pessoas, entre funcionários e operários, os quais estão inscritos na CAIP Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Públicos dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

O Seguro de Vida em Grupo o qual continua, ainda em vigor, incluiu 133 pessoas, no total de Cr\$ 2.990.000,00.

A CAIP concedeu aposentadoria, em 31 de dezembro de 1949, por invalidez, ao trabalhador João Cruz Filho, do distrito de Tijucas, que contava 15 anos de bons serviços à empresa.

Registramos, com pesar, o falecimento, no ano passado, do empregado aposentado Carlos Hesse, que prestou durante quinze anos serviços, como guarda da sub-estação do distrito de Mafra.

No exercício de 1949 registramos, apenas, um caso de acidente de trabalho, na usina do Bracinho, do qual foi vítima o maquinista Otto Eichenberger, antigo e leal empregado, que se encontra hoje completamente restabelecido.

A diretoria consigna, nestas linhas, os melhores agradecimentos aos membros dos conselhos consultivo e fiscal pelo zelo demonstrado no desempenho de suas funções e a todos os empregados, sem distinção de categoria, pela valiosa colaboração prestada, no interesse do desenvolvimento da empresa.

Conclusão

Expostos os atos dignos de menção, ocorridos no período administrativo de 1949, a diretoria tem o prazer de ficar à vossa disposição, senhores acionistas, para prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Joinville, 13 de março de 1950.

Harcido P. Pedernheiras, diretor-presidente.
Adhemar Garcia, diretor-secretário.
Ivo Reis Montenegro, diretor-tesoureiro.

BALANÇO GERAL, ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1949

Imobilizado	
Terenos	1.742.359,40
Edifícios	1.146.070,10
Usinas	13.311.963,30

Linhas de transmissão	9.493.443,40	
Subestações	2.801.819,50	
Redes de distribuição e iluminação pública	5.194.531,60	
Telefones	1.140.403,50	
Contadores	1.071.074,30	
Ferramentas, instrumentos e utensílios	523.349,00	
Móveis	1.144.937,00	
Concessões	1.065.699,80	
Estações de transformadores com consumidores de A. T.	182.373,00	38.957.789,90
Material rodante		
Disponível		
Caixa	133.260,50	
Bancos	1.790.152,80	4.260.051,80
Caixa Econômica	2.356.532,40	
Realizável em curto e longo prazo		
Mercadorias	2.690.290,20	
Mão de obra de pedidos em curso	39.483,30	6.606.521,70
Contas correntes, devedores	3.746.753,20	
Participações		727.676,60
Contas de compensação		
Banco do Brasil S. A., depósito de caucões	257.135,50	
Caixa Econômica Federal do Paraná, depósito de caucões	6.087,80	
Hipotecas	15.000,00	
Ativos caucionados	60.000,00	
Títulos caucionados	5.000,00	
AEG c/especial, Berlim	5.596,30	348.819,60
		Crs 50.900.659,60
PASSIVO		
Não exigível		
Capital	8.000.000,00	
Fundo de reserva legal	996.357,70	
Fundo para máquinas obsoletas	393.620,50	26.407.907,30
Depreciações	17.027.029,10	
Exigível a curto e longo prazo		15.059.549,20
Contas de compensação		
Caução da diretoria	60.000,00	
Caução dos empregados	20.000,00	
Caução dos consumidores	263.223,30	
Banco do Brasil S. A., c/especial	5.596,30	348.819,60
Contas do resultado pendente		
Saldo do lucro anterior	7.014.078,40	9.095.483,50
Lucro do presente exercício	2.071.405,10	
		Crs 50.900.659,60

Haroldo P. Pedernheiras, diretor-presidente.
Adhemar Garcia, diretor-secretário.
Ivo Reis Montenegro, diretor-tesoureiro.
Leopoldo J. Monich, guarda-livros, dipl., reg. no DEC. e CRC, sob ns. 11.109 e 0.312, respectivamente.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS", ENCERRADO A 31 DE DEZEMBRO DE 1949

A DEBITO		
Despesas gerais	1.908.865,70	
Despesas de contabilidade de luz e força	406.627,20	
Impostos e taxas	483.983,80	
Seguros	491.621,70	
Compra de energia	389.924,20	
Custo de usinas	1.088.837,80	
Custo de linhas e redes	52.550,40	
Custo de transformadores	173.171,46	
Custo de contadores	247.713,90	
Custo de veículos	304.734,30	
Custo de telefones urbanos	473.409,50	
Despesas com a secção de instalações, vendas, consertos e propaganda	2.778,20	
Reparos, reformas e conservação de bens	373.409,50	
Exigências incobráveis	2.003.369,80	
Depreciações	365.542,10	
Fundos para máquinas obsoletas e de reserva legal	2.071.405,10	
Lucros verificados no presente exercício		Crs 11.253.888,60
A CREDITO		
Receita bruta dos serviços de luz e força	10.151.978,20	
Receita bruta dos serviços de telefones urbanos	278.874,20	
Rendimento bruto da secção de instalações, venda e consertos	555.877,00	
Juros, descontos e rendimentos diversos	267.169,00	
		Crs 11.253.888,60

Haroldo P. Pedernheiras, diretor-presidente.
Adhemar Garcia, diretor-secretário.
Ivo Reis Montenegro, diretor-tesoureiro.
Leopoldo J. Monich, guarda-livros, dipl., reg. no DEC. e CRC, sob ns. 11.109 e 0.312, respectivamente.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do conselho fiscal da Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S. A., depois de terem examinado devidamente os livros e demais documentos relativos ao exercício de 1949 (mil novecentos e quarenta e nove), declaram ter encontrado tudo em ordem e são, por isso, de parecer que sejam, pela assembleia geral ordinária, aprovados: o balanço geral, a conta de lucros e perdas, o inventário e as demais contas da administração da mesma empresa e referentes ao ano social, encerrado a 31 (trinta e um) de dezembro de 1949 (mil novecentos e quarenta e nove).

No tocante aos atos praticados pela diretoria que se houve corretamente em desempenho de suas funções, recomendamos à assembleia geral aprovar, também, esses atos.

Joinville, 13 de março de 1950.

Antônio Ramos Alvim
Albino Bernschein
Otto Richter

(520)

(Publicação retardada por falta de espaço).

COMERCIO E INDUSTRIA CONCEIÇÃO S. A.

Assembleia geral ordinária

CONVOCAÇÃO

Convido os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral ordinária a realizar-se na sede social desta Sociedade à Avenida D. Pedro II s/n. às 14 horas do dia 27 (vinte e sete) de abril do corrente ano, a fim de deliberar sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Leitura, discussão e votação do balanço encerrado em 31 de dezembro de

1949, bem como a do relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal.
2º — Eleição do conselho fiscal e suplentes.
3º — Assuntos de interesse geral.
Videira, 10 de março de 1950.
João Dal Pizzol, presidente.

AVISO

Acham-se à disposição dos senhores acionistas desta Sociedade, na sede social, os documentos a que se refere o artigo 29, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1949.
Videira, 10 de março de 1950.
João Dal Pizzol, presidente.

(911)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SAO FRANCISCO DO SUL

Edital de citação, com o prazo de trinta (30) dias, aos herdeiros incertos de Júlio dos Santos Pereira

O doutor Marcello João da Silva Medeiros, juiz de direito da comarca de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faço saber a quem interessar possa, que por parte de D. Maria das Dores Carvalho, por intermédio de seu assistente-judiciário, doutor Olívio da Costa Pereira, foi apresentada a este Juízo a petição do teor seguinte: Petição — Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca de São Francisco do Sul: Maria das Dores Carvalho, brasileira, solteira, doméstica, nacionalidade e residente nesta cidade, na qualidade de mãe e representante legal do menor: Impubere José Carvalho, por intermédio de seu assistente judiciário, o advogado infra-firmado, diz que a presente é para expor e final requerer a v. exa., o seguinte: 1 — Que a suplicante viveu, maritalmente, com o falecido e quatro anos, quando do falecimento do falecido, com filhos do falecido por que este desejava casar-se civilmente com a suplicante e registrá-los como filhos legítimos. 2 — Que dos filhos não registrados como filhos do falecido, apenas vive o menor Impubere José Carvalho, que com atualmente oito anos de idade. 3 — Que quando do concubinato da suplicante com o falecido Júlio dos Santos Pereira, não ocorreram quaisquer das circunstâncias impeditivas do art. 183, do Código Civil, visto serem ambos solteiros. 4 — Que, assim sendo, cabe ao filho menor o direito de demandar a sua filiação legítima, face ao disposto no art. 303, do já citado Código Civil, visto o que, no tempo de sua concepção a suplicante encontrava-se concubina com o pretendido pai e dada a coincidência entre a mesma concepção e as relações sexuais de ambos. Isto posto, requer a v. exa. se deigne ordenar a citação do editado, dos interessados, para, dentro do prazo legal e querendo, virem contestar a presente ação ordinária de investigação de paternidade, que, finalmente, deve ser julgada procedente para o fim de declarar-se por sentença o reconhecimento da filiação legítima nos precisos termos do art. 303, do mencionado Código. Protesta provar o alegado mediante a produção de quaisquer provas admitidas em direito. Inclusive prova testemunhal. Deixase de atribuir valor à causa por se tratar de assistência judiciária. Nestes termos. Pede deferimento. São Francisco do Sul, 28 de março de 1950. (Ass.) Olívio da Costa Pereira, Testemunhas: 1ª — Dr. Ubirajara Carvalho, brasileiro, casado, médico, residente nesta cidade. 2ª — Horácio Tripplia, brasileiro, casado, industrial, residente nesta cidade. Despacho: A Com. requer. Citem-se os interessados por edital, com o prazo de trinta dias, fazendo-se a publicação uma vez no órgão oficial do Estado e duas vezes em jornal local. Em 29-3-50. (Ass.) Marcello Medeiros. Deferida assim a petição em referência, expedese o presente edital, que será afixado nos lugares do costume publicados duas vezes no jornal local "O Liberal" e um vez no "Diário Oficial do Estado", contandose o respectivo prazo da publicação feita no "Diário Oficial", findo o qual terão os herdeiros citados o prazo de dez (10) dias para contestarem a ação proposta, na forma e sob as penas da lei. Ficam cientes os interessados de que este Juízo funciona todos os dias úteis, no edifício do Fórum, sito à Praça Dr. Getúlio Vargas, desta cidade. Dado e passado nesta cidade de São Francisco do Sul, aos três (3) de abril do ano de mil novecentos e cinquenta (1950). Eu, Francisco Hreismann, escrivão substituto, o dactilografar e subscrever. São Francisco do Sul, 3 de abril de 1950. (Ass.) Marcello João da Silva Medeiros, Juiz de direito. Certidão — Certifico que a presente é cópia autêntica do original. O referido é verdade e dou fé. São Francisco do Sul, 3 de abril de 1950. O escrivão substituto: Francisco Hreismann. (1328)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CURITIBANOS

Edital de citação de terceiros interessados

O cidadão Alfredo Lemser, juiz de Paz, em exercício do cargo de juiz de direito da comarca de Curitiba, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faço saber a todos os que o presente edital virem, noticiarem ou interessarem, que foi dirigida a este Juízo uma petição do seguinte teor: "Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca: Candelária, viúva, residente no distrito de Santa Cecilia, deste município, por si e como representante legal de seus filhos menores Impuberes Edson Velinho e Cesar Joel dos Santos, com respectivamente 4 e 2 anos de idade, todos por seu bastante procurador, que este subscrive, em instrumentos procuratórios incluso, vem, data-vémia, expor e requerer a v. exa. o seguinte: Que a suplicante era casada, pela regimem da comunhão universal de bens, com Mathias Ferreira dos Santos, de cujo matrimônio nasceram dois filhos, que são os últimos requerentes acima, conforme documentos juntos; Que, em data de 10 de julho de 1949, no lugar Fazenda Pinheiral, deste município, seu referido esposo foi assassinado atrozmente por Orival Auerwald, em consequência de cujo crime o réu, juntamente com seus cúmplices, foi processado pela justiça pública desta comarca, e levado a julgamento na sessão do Tribunal Popular do Juri, em data de 16 do corrente mês, foi o referido acusado condenado a nove anos e nove meses de prisão, sentença essa passada em julgado, conforme documento também; Que, de acordo com o art. 159 do Código Civil, "aquele que, por ação voluntária, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano. O artigo 1.518 do mesmo Código, estabelece: "Os bens do responsável pela ofensa ou violação de direito de outrem, ficam sujeitos a reparação do dano causado". Que o réu condenado Orival Auerwald é possuidor de um apreciável acervo de bens, constando estes de imóveis, móveis, semovíveis e etc., situados ao que sabe a primeira ré, que querente, neste município e comarca; Que os suplicantes pretendem dentro do menor espaço de tempo promover nesta comarca, a competente ação de indenização de danos oriundos de atos ilícitos, contra o mencionado réu, mas, antes que isso lhes seja possível, temem que o mesmo venha a se desfazer de seus bens, por meio de alienações e doações ou outra qualquer modalidade, o que lhes poderá acarretar prejuízos; Que, finalmente, desejando os suplicantes prevenir responsabilidade e prover à conservação e ressalva de direitos futuros, vêm respectivamente, requerer a v. exa. o presente protesto contra Orival Auerwald e sua mulher, contra a venda, doação ou qualquer outro meio pelo qual venha a se desfazer dos bens do casal, bem como contra terceiros interessados incertos, pelo que, para a citação das referidas pessoas, o primeiro em cadeia pública local e a segunda em seu domicílio, e os terceiros interessados pelo "Diário Oficial do Estado", na forma da lei processual vigente, bem como o sr. tabelião e oficial de Registro de Imóveis desta comarca, para que não pratiquem nenhum daqueles atos sem a transcrição do inteiro teor deste protesto, tudo na conformidade dos arts. 720 e seguintes do C. P. C., devolvendo-se a seguir os respectivos autos aos suplicantes, independentemente de traslado, na forma da mesma lei processual. Para os efeitos fiscais, dá-se ao presente protesto o valor de um mil cruzeiros. A. P. D. Curitiba, 28 de fevereiro de 1950. Pp. (Ass.) J. A. Coelho de Sousa. "E nos respectivos autos foi exarado o seguinte despacho: "I-Pague-se a taxa judiciária. II — Expedam-se o mandado para a citação requerida, bem como edital, o qual deverá ser afixado nesta cidade, no lugar de costume e publicado por uma (1) vez no "Diário Oficial do Estado", e, também por duas (2) vezes, no jornal "Guia Serrano", da vizinha cidade de Lajes. III — Intimesse, Curitiba, 19/2/1950. (Ass.) Francisco Oliveira, juiz de direito". E para que, na forma requerida, ninguém possa em tempo algum alegar ignorância, se passou o presente edital, que será afixado nesta cidade no lugar de costume e publicado por uma (1) vez no "Diário Oficial do Estado" e, também por duas (2) vezes no jornal "Guia Serrano", da vizinha cidade de Lajes. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado de Santa Catarina, aos três (3) dias do mês de março do ano de mil novecentos e cinquenta (1950). Eu, Virgílio Dolberth, escrivão, o dactilografar e subscrever. (Ass.) Alfredo Lemser, Juiz de Paz, em exercício do cargo de juiz de direito. Certidão — Certifico que a cópia supra é fiel do respectivo original; dou fé. Curitiba, 3 de março de 1950. O escrivão: Virgílio Dolberth. (1396)

CONCURSO NA UNIVERSIDADE RURAL

Acham-se aberta na Universidade Rural inscrição ao concurso para provimento da Cadeira de Terapêutica, Farmacodinâmica, Toxicologia e Arte de Formular, da Escola Nacional de Veterinário, conforme consta do edital, publicado no "Diário Oficial", da União, de 20-3-50, Seção I, páginas 4.168 e 4.169. Os interessados, profissionais veterinários ou médicos veterinários, para obterem melhores informações, podem se dirigir à Secretaria da Viação, Obras Públicas e Agricultura, em Florianópolis, que lhes dará todos os esclarecimentos necessários. (1421)

de mil novecentos e cinquenta. Eu, Abílio José de Carvalho Costa, escrivão do Crime, Juri e Execuções Criminais, o subscrever. Arno Pedro Hoersch, Juiz de direito da 1ª vara, no exercício da 2ª vara. Certifico que está conforme com o original que foi afixado à porta do cartório: o que, dou fé. O escrivão: Abílio José de Carvalho Costa. (1450)